



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas Anual do Exercício de 2022



APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo – TJES apresenta seu Relatório de Gestão – RELGES, em cumprimento ao item 03 do Anexo 05 da Instrução Normativa nº 28, de 26 de Novembro de 2013 e ao item 2.6 do Anexo III da Instrução Normativa nº 68, de 08 de Dezembro de 2020, ambas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Este relatório apresenta os principais resultados dos programas desenvolvidos no âmbito do Poder Judiciário Estadual, na área administrativa, abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial.

As informações disponibilizadas foram consolidadas pela Secretaria Geral, a partir dos dados enviados pelas unidades executoras.

Vitória, de março de 2023.

Desembargador Fabio Clem de Oliveira

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES



SUMÁRIO

1. Plano Plurianual de Aplicações	04
2. Planejamento e Gestão Orçamentária.....	07
3. Execução Orçamentária.....	08
4. Planejamento Estratégico.....	16
5. Revisão dos Dados Estatísticos Encaminhados ao CNJ.....	16
6. Ações Realizadas no Exercício de 2022.....	16
6.1 - Escola da Magistratura – EMES.....	16
6.2 - Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.....	30
6.3 - Assessoria de Segurança Institucional.....	34
6.4 - Secretaria de Infraestrutura.....	36
6.5 - Secretaria Judiciária.....	49
6.6 - Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos.....	56
6.7 - Secretaria de Gestão de Pessoas.....	62
6.8 - Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária.....	69
6.9 - Secretaria de Tecnologia da Informação.....	72
7. Processos – casos novos, sentenças e baixas.....	77
8. Gestão de Precatórios no Exercício de 2022.....	79
9. Considerações Finais.....	80



RELATÓRIO DE GESTÃO 2022

1. PLANO PLURIANUAL DE APLICAÇÕES

No seu terceiro ano de vigência (2022), o Plano Plurianual de Aplicações 2020/2023 apresentou os seguintes resultados:

Programa: Justiça Acessível com Solução de Demandas Efetiva, Adequada e em Tempo Razoável”.

Objetivo: “Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito”.

Público Alvo: Indivíduos e Organizações a Sociedade que buscam a tutela jurisdicional.

Situação: os recursos orçamentários e financeiros disponibilizados para gestão de pessoas e execução de projetos/funcionamento dos processos de trabalho (custeio e investimento), contribuíram para o atingimento das metas de resultado inicialmente planejadas no PPA.

Unidades Orçamentárias: TJES e FUNEPJ

Previsão Financeira 2022 (final) – **unidade TJES** : R\$ 998.159.510,69

Resultado Financeiro 2022 – **unidade TJES**: R\$ 986.190.493,16 (empenhado) / R\$ 985.543.439,80 (liquidado)

Execução 2022: 98,80% (empenhado) / 98,74% (liquidado)

Previsão Financeira 2022 (final) – **unidade FUNEPJ**: R\$ 215.869.000,00

Resultado Financeiro 2022 – **unidade FUNEPJ**: R\$ 191.018.572,80 (empenhado) / R\$ 160.088.947,44 (liquidado)

Execução 2022: 88,49% (empenhado) / 74,16% (liquidado)

Ações:

1 – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: viabilizar remuneração do pessoal ativo da Instituição, bem como a contribuição do Estado para o custeio dos regimes de previdência próprio e complementar.

Tipo: atividade

Produto: pessoal remunerado

Previsão Físico 2022: 3.638 (unidade)

Resultado Físico 2022: 3.595 (unidade)

Execução 2022: 98,82%

Previsão Financeira 2022 (final): R\$ 829.314.750,69

Resultado Financeiro 2022: R\$ 824.459.827,69 (empenhado) / R\$ 824.340.554,41 (liquidado)

Execução 2022: 99,41% (empenhado) / 99,40% (liquidado)

Situação: ação sendo desenvolvida conforme previsão inicial.

Planos Orçamentários:

Folha de Magistrados



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

Folhas Servidores – Regime Geral
Folha Servidores – Regime Próprio
EMES – Capacitação e Treinamento

2 – Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remuneração (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: assegurar recursos necessários à cobertura de gastos com reestruturação de cargos e carreiras e revisão da remuneração de competência da Instituição.

Tipo: operação especial

Produto: não definido

Previsão Físico 2022: 0

Resultado Físico 2022: 0

Execução 2022: 0%

Previsão Financeira 2022 (final): R\$ 1.000,00

Resultado Financeiro 2022: R\$ 0,00

Execução 2022: 0%

Situação: não houve reestruturação de cargos e carreiras. A revisão de remuneração foi realizada via ação 2029 (Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais).

Plano Orçamentário: Não definido

3 – Concessão de Abono a Inativos e Pensionistas (unidade orçamentária TJES)

***Ação incluída no ano de 2022.**

Finalidade: viabilizar o pagamento de abono estabelecido em lei aos aposentados e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social e aos que recebem complementação de aposentadorias e pensões vinculados ao Poder Judiciário Estadual.

Tipo: operação especial

Produto: não definido

Previsão Físico 2022: 0

Resultado Físico 2022: 0

Execução 2022: 0%

Previsão Financeira 2022 (final): R\$ 1.866.000,00

Resultado Financeiro 2022: R\$ 1.777.940,42

Execução 2022: 95,28%

Situação: pagamento de abono de inativos e pensionistas foi realizado pelo IPAJM via descentralização orçamentária.

Plano Orçamentário: Não definido

4 – Valorização e Desenvolvimento de Pessoas (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: oferecer a magistrados e servidores as vantagens pecuniárias legalmente previstas e outros benefícios sociais e de saúde, além de propiciar os meios para a contratação de estagiários e para a substituição de mão de obra da Instituição.

Tipo: atividade

Produto: servidor beneficiado

Previsão Físico 2022: 5.715 (unidade)

Resultado Físico 2022: 5.763 (unidade)

Execução 2022: 100,84%

Previsão Financeira 2022 (final): R\$ 166.977.760,00



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Resultado Financeiro 2022: R\$ 159.952.725,05 (empenhado) / R\$ 159.424.944,97 (liquidado)

Execução 2022: 95,79% (empenhado) / 95,48% (liquidado)

Situação: ação sendo desenvolvida conforme previsão inicial.

Planos orçamentários:

Capacitação e Treinamento (EMES, Engenharia e Tecnologia da Informação)

Juizados Cíveis e Criminais (juiz leigo)

Gestão de Pessoas (auxílio transporte e seguros)

Estagiários

Folha de Magistrados (auxílios)

Folha Servidores – Regime Geral (auxílios)

Folha Servidores – Regime Próprio (auxílios)

Auxílio Alimentação Policiais Militares à Disposição do TJES

Tecnologia da Informação (aquisição computadores)

Não Definido

5 – Efetividade na Prestação Jurisdicional (unidade orçamentária FUNEPJ)

Finalidade: propiciar recursos essenciais ao cumprimento da atividade jurisdicional com efetividade, buscando celeridade e acessibilidade.

Tipo: atividade

Produto: processo baixado

Previsão Físico 2022: 612.156

Resultado Físico 2022: 392.965

Execução: 64,19%

Previsão Financeira 2022 (final): R\$ 215.869.000,00

Resultado Financeiro 2022: R\$ 191.018.572,80 (empenhado) / R\$ 160.088.947,44 (liquidado)

Execução 2022: 88,49% (empenhado) / 74,16% (liquidado)

Situação: Ação sendo desenvolvida conforme planejamento inicial. Resultados físicos (processo baixado) divergentes do planejado em face da produtividade no judiciário estadual.

Planos orçamentários:

Comunicação

Deslocamento Magistrados (inclusive jurisdição estendida), Servidores e Policiais Militares à Disposição

Engenharia

Eventos Institucionais

Financeiro (apoio às atividades administrativas)

Gestão de Pessoas

Gestão Documental

Infraestrutura

Juizados Infância e Juventude

Secretaria Geral (apoio às atividades administrativas)

Segurança Institucional

Tecnologia da Informação

Não Definido

Os resultados físicos e financeiros do ano de 2022 estão disponibilizados na página da internet do Tribunal de Justiça, no link "Portal Transparência/Informações Orçamentárias."



2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Como tradição, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo estruturou seu planejamento orçamentário e financeiro baseado nas metas e intenções de despesa apresentadas pelas áreas estruturantes do Poder (revisionadas pela Secretaria Geral), bem como nas demandas individuais de magistrados e servidores, entidades representativas e cidadãos em geral, estas apresentadas em espaço específico na internet (página do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo), tudo em consonância com o Plano Plurianual de Aplicações 2020/2023.

Consolidada pela Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica e aprovada pelo e. Tribunal Pleno, a proposta orçamentária para o ano de 2022, órgão Poder Judiciário, permaneceu dividido em duas unidades orçamentárias: a primeira delas de fonte do tesouro estadual (unidade Tribunal de Justiça – TJ) e a segunda de fonte própria de arrecadação (Fundo Especial do Poder Judiciário – FUNEPJ). Ambas as unidades mais uma vez limitadas, em termos de despesa, às estimativas de receita: na unidade Tribunal de Justiça, o teto apresentado pelo Poder Executivo em face da previsão de arrecadação anual do Estado; na unidade Fundo Especial, a estimativa de arrecadação direta do próprio Poder Judiciário para o ano.

À unidade Tribunal de Justiça foram direcionadas as despesas com pessoal (incluídas as obrigações patronais mensais regulares) e seus benefícios, capacitação, indenização de transporte dos analistas judiciários avaliadores/oficiais de justiça, estagiários, juiz leigo, ajuda de custo e jetons.

À unidade Fundo Especial do Poder Judiciário restou subsidiar todas as demais despesas correntes e de capital da Instituição.

Importante destacar que a obrigação com a Contribuição Previdenciária Complementar (Aporte), de necessário cumprimento para o regular pagamento de inativos e pensionistas do Poder Judiciário, passou a compor diretamente, a partir de 2022, o orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM, não existindo mais, portanto, no orçamento da unidade Tribunal de Justiça, em que pese permanecer incluído na base/teto que limita a despesa orçada pelo Tribunal de Justiça (R\$ 237.443.000,00).

Abaixo, o orçamento inicialmente aprovado, os créditos adicionais no decorrer do exercício (suplementações) e o orçamento autorizado final:

Unidade Tribunal de Justiça	VALOR
Orçamento Originário	R\$ 967.973.237,00
Créditos Adicionais	R\$ 30.186.273,69
Orçamento Final (Atualizado)	R\$ 998.159.510,69

Unidade Fundo Especial	CRÉDITOS ADICIONAIS
Orçamento Originário	R\$ 123.869.000,00
Créditos Adicionais	R\$ 92.000.000,00
Orçamento Final (Atualizado)	R\$ 215.869.000,00



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

As suplementações orçamentárias à unidade Tribunal de Justiça objetivaram:

Decreto 908-S, de 30/05/2022, no valor de R\$ 17.540.273,69 – recursos de superávit financeiro de exercício anterior do Poder Executivo (recursos ordinários), visando recomposição do orçamento do Poder Judiciário, ano 2022, categoria pessoal.

Decreto 1438-S, de 11/08/2022, no valor de R\$ 12.366.000,00 – recursos de superávit financeiro de exercício anterior do Poder Executivo (recursos ordinários), visando o pagamento de débitos reconhecidos para com servidores, categoria pessoal (promoção na carreira - competência 2018).

Decreto 1459-S, de 12/08/2022, no valor de R\$ 280.000,00 – recursos de superávit financeiro de exercício anterior do Poder Executivo (recursos ordinários), visando o pagamento de mediadores/conciliadores, categoria custeio.

As suplementações ao Fundo Especial, por sua vez, pretenderam:

Decreto 572-S, de 07/04/2022, no valor de R\$ 54.000.000,00 – recursos de superávit financeiro de exercício anterior do próprio Fundo Especial (recursos próprios), visando contemplar, em orçamento, todas as pretensões de despesa apresentadas e consolidadas pelas unidades administrativas (áreas estruturantes) do Poder como passíveis de realização.

Lei 11.698/2022, de 23/11/2022, no valor de R\$ 38.000.000,00 para o Poder Judiciário (Fundo Especial) - recursos de superávit financeiro de exercício anterior do próprio Fundo Especial (recursos próprios), visando subsidiar a aquisição de imóvel para abrigar unidades administrativas do TJ, Corregedoria Geral da Justiça e algumas varas judiciais da comarca da Capital.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. UNIDADE TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Fonte Tesouro)

3.1.1. DESPESA

POR CATEGORIA DE DESPESA

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZADO FINAL (A)	VALOR EMPENHADO (B)	% (B/A)
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 831.181.750,69	R\$ 826.237.768,11	99,41%
Outras Despesas Correntes	R\$ 166.977.760,00	R\$ 159.952.725,05	95,79%
Despesas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0%
TOTAL	R\$ 998.159.510,69	R\$ 986.190.493,16	98,80%

Notas:

i) Em "Outras Despesas Correntes" estão incluídos, entre outros, auxílio alimentação, auxílio saúde, auxílio creche, auxílio moradia, vale transporte, ajuda de custo, jetons, despesas com capacitação, indenização de transporte oficiais de justiça, estagiários e juizes leigos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

POR PLANO ORÇAMENTÁRIO

PLANO ORÇAMENTÁRIO	AUTORIZADO FINAL	VALOR EMPENHADO	%
Capacitação e Treinamento (abrangendo todas as áreas e instrutor interno)	R\$ 3.046.192,29	R\$ 1.279.535,87	42,00%
Juizados Cíveis e Criminais (Juiz Leigo)	R\$ 2.266.788,00	R\$ 1.986.200,40	87,62%
Folha Magistrados (Pessoal)	R\$ 193.155.505,92	R\$ 192.856.051,90	99,84%
Folha Magistrados (Custeio)	R\$ 16.163.658,05	R\$ 14.645.505,61	90,61%
Folha Servidores – Regime Geral (Pessoal)	R\$ 76.288.369,37	R\$ 75.290.462,71	98,69%
Folha Servidores – Regime Geral (Custeio)	R\$ 14.660.307,16	R\$ 14.389.174,50	98,15%
Folha Servidores – Regime Próprio (Pessoal)	R\$ 559.425.513,41	R\$ 555.983.093,29	99,38%
Folha Servidores – Regime Próprio (Custeio)	R\$ 107.235.334,03	R\$ 105.307.810,45	98,20%
Estagiários	R\$ 23.076.580,26	R\$ 22.009.132,99	95,37%
Auxílio Transporte	R\$ 179.120,00	R\$ 14.299,95	7,98%
Auxílio Alimentação Policiais Militares à Disposição do TJES	R\$ 400.000,00	R\$ 371.285,07	92,82%
NUPEMEC – Mediação e Conciliação	R\$ 280.000,00	R\$ 280.000,00	100%
Abono Inativos e Pensionistas	R\$ 1.866.000,00	R\$ 1.777.940,42	95,28
Não Definido - Geral	R\$ 116.142,20	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL	R\$ 998.159.510,69	R\$ 986.190.493,16	98,80%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Fundamental ainda ressaltar que do total efetivo de despesa empenhada (R\$ 986.190.493,16), parte encerrou o exercício financeiro registrado em **Restos a Pagar (R\$ 6.027.522,20)**, dependente, portanto, de concretização real do gasto no decorrer do ano de 2023.

Restos a Pagar Não Processados (R\$ 647.053,36):

- R\$ 103.595,55 – referentes a ressarcimento de pessoal requisitado (despesas de pessoal);
- R\$ 15.677,73 – referentes a parcela patronal de pessoal requisitado (despesas de pessoal);
- R\$ 3.663,24 – referentes a despesas com hospedagens (outras despesas correntes);
- R\$ 1.876,84 – referentes a despesas com seguros (outras despesas correntes);
- R\$ 208.520,00 – referentes a despesas com treinamento (outras despesas correntes);
- R\$ 33.720,00 – referentes a despesas com obrigações tributárias oriundas de treinamento (outras despesas correntes);
- R\$ 280.000,00 – referentes a despesas com mediadores e conciliadores (outras despesas correntes);

Do total dos **Restos a Pagar Processados (R\$ 5.380.468,84)**, grande parte referiu-se a Horas Extras e Plantões (R\$ 1.900.193,58), Indenização Transporte Oficiais Justiça (R\$ 1.985.688,34) e Parcela Patronal Regime Geral (R\$ 974.707,46). O restante (R\$ 519.879,46) referiram-se a pequentas e outras várias despesas (custeio e pessoal).

3.2. UNIDADE FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO (Fonte Própria)

3.2.1. RECEITA

A Previsão inicial de arrecadação da unidade FUNEPJ, que deu subsídio e contrapartida à despesa originalmente proposta e consolidada em orçamento, foi de R\$ 123.869.000,00. Abaixo, a efetiva execução da arrecadação, ano 2022:

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	REALIZADO	DIFERENÇA
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização 2 – Emolumentos e Custas 3 – Taxas Judiciais	R\$ 100.751.000,00	R\$ 117.628.529,45	+ R\$ 16.877.529,45
Receita Patrimonial	1 – Aluguéis e Arrendamentos 2 – Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 3.054.000,00	R\$ 20.530.858,98	+ R\$ 17.476.858,98



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Receita de Serviços	1 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais 2 – Inscrição em Concursos e Processos Seletivos 3 – Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	R\$ 937.000,00	R\$ 1.065.709,59	+ R\$ 128.709,59
Outras Receitas Correntes	1 - Multas Legais 2 – Multas e Juros Contratuais 3 - Outras Restituições 4 – Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB	R\$ 19.127.000,00	R\$ 102.044.780,82	+ R\$ 82.917.780,82
Receitas de Capital	1 – Alienação de Bens Móveis	R\$ 0,00	R\$ 130.049,73	+ R\$ 130.049,73
TOTAL		R\$ 123.869.000,00	R\$ 241.399.928,57	+ R\$ 117.530.928,57

A diferença na arrecadação, positiva, pode ser explicada pela estimativa reservada/comedida para o ano, já que a receita base para a projeção (realizada até o mês de Junho de 2021), foi de R\$ 56.307.215,45, indicando uma tendência de arrecadação no ano de 2021, de apenas R\$ 117.000.000,00, já considerados alguns crescimentos. Diante de tal tendência e aplicados novos crescimentos para o ano subsequente, restou prevista a arrecadação de R\$ 123.869.000,00 para 2022.

Entretanto, o segundo semestre de 2021 se consolidou com melhoria de arrecadação (aproximados 47,20% de crescimento), fazendo somar R\$ 139.203.846,67 ao final do exercício. Destaque para as receitas relativas a: i) *spread* bancário oriundo dos depósitos judiciais, crescendo 7.732,13% (taxa Selic fechou o ano em 9,25%, contra 2,75% do ano de 2020); ii) remuneração de depósitos bancários, crescendo 231,30%; iii) custas e emolumentos, crescendo 42,13%; iv) taxa de fiscalização sobre os serviços notariais, crescendo 12,55% e v) ao superávit extrajudicial, este apresentando em todo o segundo semestre arrecadação mensal maior do que R\$ 2.000.000,00.

O ano de 2022, então, já se iniciou com a média de arrecadação maior, somando-se ainda o crescimento contínuo da taxa Selic (taxa que remunera os depósitos bancários).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Principais receitas de 2022:

1. Receita Tributária: Taxa de Fiscalização Atos Serviços Notariais e Registros Públicos - crescimento de **14,06%** no ano, comparativamente ao exercício de 2021;
2. Receita Tributária: Taxas Judiciais, Custas e Emolumentos – crescimento de **16,69%** no ano, comparativamente ao exercício de 2021;
3. Receita Patrimonial: Remuneração de Depósitos Bancários - crescimento de **415,74%** no ano, comparativamente ao exercício de 2021. Crescimento resultante de um maior volume de recursos aplicados (mais recursos em caixa/banco no FUNEPJ) e do crescimento da SELIC (13,75% no ano);
4. Outras Receitas Correntes: Convênio TJES x BANESTES – Sistema de Gerenciamento de Depósitos Judiciais – crescimento de **804,14%** no ano, comparativamente ao exercício de 2021. Crescimento resultante do aumento do volume de depósitos e também do aumento da SELIC;

A execução da despesa ocorreu nos seguintes montantes e percentuais:

3.2.2. DESPESA

POR CATEGORIA DE DESPESA

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZADO FINAL (A)	VALOR EMPENHADO (B)	% (B/A)
Outras Despesas Correntes	R\$ 136.908.839,00	R\$ 120.344.160,90	87,90%
Despesas de Capital	R\$ 78.960.161,00	R\$ 70.674.411,90	89,51%
TOTAL	R\$ 215.869.000,00	R\$ 191.018.572,80	88,49%

POR PLANO ORÇAMENTÁRIO

PLANO ORÇAMENTÁRIO	AUTORIZADO FINAL	VALOR EMPENHADO	%
Comunicação	R\$ 396.700,00	R\$ 90.000,00	22,69%
Deslocamento Magistrados	R\$ 835.668,51	R\$ 789.289,06	94,45%
Deslocamento Servidores	R\$ 596.125,06	R\$ 572.047,23	95,96%
Deslocamento Policiais à Disposição	R\$ 15.000,00	R\$ 5.320,00	35,47%
Engenharia – gestão predial e manutenção de equipamentos	R\$ 12.620.484,53	R\$ 10.594.011,13	83,94%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Engenharia – projeto, aquisição, construção e reforma de imóveis	R\$ 46.339.168,47	R\$ 42.514.515,67	91,75%
Engenharia – locação de imóveis	R\$ 12.068.938,76	R\$ 11.390.065,46	94,38%
Eventos Institucionais	R\$ 100.000,00	R\$ 8.678,40	8,68%
Financeiro –apoio as atividades administrativas	R\$ 1.097.603,43	R\$ 660.241,77	60,15%
Gestão de Pessoas	R\$ 3.119.264,01	R\$ 3.068.906,46	98,39%
Gestão Documental	R\$ 6.494.587,50	R\$ 3.433.832,02	52,87%
Juizado Infância e Juventude	R\$ 238.473,00	R\$ 0,00	0,00%
Infraestrutura – aquisição de material de consumo	R\$ 6.795.573,68	R\$ 6.238.259,59	91,80%
Infraestrutura – aquisição e manutenção de bens permanentes	R\$ 2.210.675,69	R\$ 2.198.494,69	99,45%
Infraestrutura – serviços prestados por terceiros	R\$ 47.113.571,17	R\$ 45.135.869,26	95,80%
Infraestrutura – tributos e multas	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Segurança Institucional	R\$ 27.474.120,80	R\$ 23.209.223,00	84,48%
Tecnologia da Informação – manutenção e aquisição de software, equipamentos e serviços de TI	R\$ 45.204.440,90	R\$ 40.069.772,62	88,64%
Tecnologia da Informação – soluções em TI	R\$ 1.689.000,00	R\$ 916.103,44	54,24%
Secretaria Geral – Apoio às Atividades Administrativas	R\$ 170.775,00	R\$ 38.443,00	22,51%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Juizados Cíveis e Criminais	R\$ 85.500,00	R\$ 85.500,00	100%
Não Definido	R\$ 1.199.329,49	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL	R\$ 215.869.000,00	R\$ 191.018.572,80	88,49%

Notas:

- i) No plano orçamentário "Deslocamento de Magistrados" estão incluídas diárias, inclusive jurisdição estendida, e passagens.
- ii) No plano orçamentário "Deslocamento de Servidores" estão incluídas diárias e passagens.
- iii) No plano orçamentário "Deslocamento de Policiais à Disposição" estão incluídas diárias.
- iv) No plano orçamentário "Não Definido", de execução (empenho) 0%, ficaram disponíveis, sem utilização, os saldos não utilizados dos decretos de suplementação.

Do total empenhado (**R\$ 191.018.572,80**), foram inscritos em **restos a pagar** ao final do exercício (despesa dependente, portanto, de real realização no decorrer do ano de 2022), **R\$ 31.256.504,65**, na seguinte divisão:

RESTOS A PAGAR - POR CATEGORIA DE DESPESA

CATEGORIA DE DESPESA	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
Outras Despesas Correntes	R\$ 283.861,06	R\$ 22.288.081,05	R\$ 22.571.942,11
Despesas de Capital	R\$ 43.018,23	R\$ 8.641.544,31	R\$ 8.684.562,54
Total	R\$ 326.879,29	R\$ 30.929.625,36	R\$ 31.256.504,65
% Total Empenhado	0,17%	16,19%	16,36%

RESTOS A PAGAR - POR PLANO ORÇAMENTÁRIO

PLANO ORÇAMENTÁRIO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL	% SOBRE TOTAL EMPENHADO
Comunicação	R\$ 0,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00	8,33%
Deslocamento Magistrados	R\$ 3.127,40	R\$ 13.198,99	R\$ 16.326,39	2,07%
Deslocamento Servidores	R\$ 0,00	R\$ 6.101,79	R\$ 6.101,79	1,07%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Engenharia – gestão predial e manutenção de equipamentos	R\$ 213.224,81	R\$ 3.289.913,50	R\$ 3.503.138,31	33,07%
Engenharia – projeto, aquisição, construção e reforma de imóveis	R\$ 0,00	R\$ 823.660,30	R\$ 823.660,30	1,94%
Engenharia – Locação de Imóveis	R\$ 0,00	R\$ 1.268.450,46	R\$ 1.268.450,46	11,14%
Financeiro –apoio as atividades administrativas	R\$ 11.817,90	R\$ 18.409,38	R\$ 30.227,28	4,58%
Gestão de Pessoas	R\$ 0,00	R\$ 2.684.996,25	R\$ 2.684.996,25	87,49%
Gestão Documental	R\$ 6.222,00	R\$ 96.172,12	R\$ 102.394,12	2,98%
Infraestrutura – aquisição de material de consumo	R\$ 21.823,43	R\$ 405.568,98	R\$ 427.392,41	6,85%
Infraestrutura – aquisição e manutenção de bens permanentes	R\$ 43.018,23	R\$ 770.510,84	R\$ 813.529,07	37,00%
Infraestrutura – serviços prestados por terceiros	R\$ 20.913,96	R\$ 9.191.007,80	R\$ 9.211.921,76	20,41%
Segurança Institucional	R\$ 4.787,56	R\$ 2.552.786,42	R\$ 2.557.573,98	11,02%
Tecnologia da Informação – manutenção e aquisição de software, equipamentos e serviços de TI	R\$ 1.944,00	R\$ 9.416.198,53	R\$ 9.418.142,53	23,69%
Tecnologia da Informação – soluções em tecnologia da informação	R\$ 0,00	R\$ 299.650,00	R\$ 299.650,00	32,71%
Juízados Cíveis e Criminais	R\$ 0,00	R\$ 85.500,00	R\$ 85.500,00	100%
TOTAL	R\$ 326.879,29	R\$ 30.929.625,36	R\$ 31.256.504,65	16,36%



4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Após a implantação do novo ciclo de Planejamento Estratégico no ano de 2021, foram iniciadas as tratativas para acompanhamento das ações decorrentes das iniciativas estratégicas identificadas.

O Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo adquiriu licenças para uso de um sistema de acompanhamento do Planejamento Estratégico e que se completa com um módulo específico de Gestão de Projetos. A ferramenta foi adquirida mediante procedimento licitatório em que se sagrou vencedora a empresa Interact Solutions.

A partir da contratação da empresa foram iniciadas as capacitações de servidores, primeiramente os da área administrativa e na sequência, os da área finalística, para a utilização do sistema.

Atualmente estão cadastradas no sistema todas as unidades deste E. Tribunal. As áreas procederam à inserção dos dados referentes aos Planos de Ação. Neste sentido constam 92 itens, sendo que destes se destacam 20 Planos de Ação Não Iniciados, 35 Planos de Ação Em Andamento e 35 Planos de Ação Concluídos. Ademais, evidencia-se a criação dos indicadores de desempenho que estão associados aos Planos de Ação. Ambos estão em **anexos próprios**, parte integrante deste Relatório (Anexos I e II).

A alimentação de informações no Sistema de Acompanhamento de Planejamento Estratégico ainda ocorre de maneira insatisfatória. O ano de 2022 foi um momento de aprendizagem e consolidação das iniciativas para que esta ferramenta se torne, de fato, instrumento de auxílio ao acompanhamento da execução da estratégia.

5. REVISÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS ENCAMINHADOS AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

No exercício da coordenação do Núcleo de Processamento de Estatística, estabelecida pelo Ato Normativo 134/2016, a Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica realiza atividades relacionadas com a revisão dos dados encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça e referentes ao primeiro e segundo grau de jurisdição.

6. AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2022

6.1 ESCOLA DA MAGISTRATURA – EMES

A Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (Emes) foi criada pela Resolução TJES nº 04/1985 (DJ de 22.06.85) e ratificada pela Resolução TJES nº 276/1986.

Inicialmente, a Emes funcionava em regime de convênio com a Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo (Amages); contudo, no momento, a Escola da Magistratura é subordinada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), conforme estabelecido na Lei nº



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

566/2010, que dispõe sobre a Reestruturação e Modernização da Estrutura Organizacional Administrativa da Justiça estadual.

A Emes, responsável pela capacitação e pelo aperfeiçoamento de magistrados/as e servidores/as para o exercício de suas funções no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES), está situada no 1º andar do prédio da Corregedoria Geral da Justiça do Estado Espírito Santo (CGJ-ES), na Avenida João Batista Parra, nº 320, Enseada do Suá, Vitória (ES), CEP 29050- 375.

Suas ações são divulgadas eletronicamente por meio de endereço vinculado ao portal do TJES: tjes.jus.br/emes.

Como cada vez mais se potencializam as demandas surgidas para o Poder Judiciário, as escolas judiciais alcançam importância estratégica dentro dos tribunais de todo o Brasil, tendo em vista que são essenciais à consecução dos objetivos e metas estabelecidos com vistas à efetivação de uma prestação judicial mais célere, efetiva e cidadã.

A Emes tem atuado de forma incisiva para o cumprimento de suas atribuições institucionais: os cursos e eventos promovidos pela escola são planejados levando sempre em consideração a especificidade do trabalho desenvolvido por todo o quadro profissional de integrantes do Poder Judiciário estadual.

Portanto, a atuação da escola condiz com o que determina a Constituição Federal Brasileira de 1988 (art. 39, § 2º: "A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados").

Da mesma forma, a escola também atende ao disposto na Emenda Constitucional nº 45/2004, notadamente no que se refere à oferta de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção voltados, especificamente, para magistrados/as.

Atuando tanto na 1ª Instância (comarcas) quanto na 2ª Instância (TJES), a jurisdição da Emes ocorre em todo o estado do Espírito Santo, tendo em vista que os diversos cursos e eventos promovidos pela escola atende a magistrados/as e servidores/as de todas as unidades judiciárias do PJES, inclusive as mais remotas.

Correspondendo a seu propósito regulamentar, a escola promove ações formativas em diversas modalidades:

Cursos de Formação Inicial — Direcionados a magistrados/as e servidores/as, atendendo a ingressantes no órgão, com finalidade de propiciar o conhecimento da estrutura da Justiça estadual, das especificidades do serviço público, da conduta funcional e da integração ao ambiente institucional;

Cursos de Aperfeiçoamento e Formação Continuada — Promovem o constante aprimoramento, atualização e desenvolvimento humano e profissional de integrantes do Poder Judiciário de todo o estado, sendo ofertados a partir do Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) efetuado periodicamente ou, excepcionalmente, a partir de demandas específicas advindas dos distintos setores da Justiça estadual.

Cursos de Vitaliciamento — Têm por escopo preparar magistrados/as para se tornarem vitalícios/as na carreira.



Eventos (palestras, seminários, colóquios, workshops, etc.) — Objetivam seja discutir temas específicos seja propor reflexões amplas envolvendo o Poder Judiciário, em diálogo com assuntos prementes na sociedade atual.

Pós-Graduação Lato Sensu — Credenciada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE-ES).

É importante destacar que os cursos e eventos de formação e aperfeiçoamento direcionados a magistrados/as são realizados sempre em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam), vinculada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Já os cursos e eventos de semelhante natureza disponibilizados a servidores/as são realizados com base nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Para a viabilização de muitas das iniciativas destacadas, a Emes estabelece parcerias com outros órgãos, dentro de uma política de intercâmbio e de cooperação mútua, com exclusivo caráter didático-científico e cultural, materializando interesses comuns das instituições envolvidas.

Também vale ressaltar que a Emes tem ofertado cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD), em ambiente de aprendizagem próprio; a EaD tem permitido a expansão das ações escola no tocante à formação continuada de magistrados/as e servidores/as.

Acentuadamente no ano de 2022, os recursos digitais foram responsáveis pela infraestrutura de grande parte das ações promovidas, em face da pandemia que se instalou, em 2020, impossibilitando atividades formativas presenciais.

6.1.1 AÇÕES REALIZADAS EM 2022

Em 2022, a Emes realizou 115 ações, totalizando 1.302 horas-aula ofertadas com 312 participações de magistrados/as, 3.715 participações de servidores/as e 792 participações de público externo — em suma 4.819 participações efetivas em cursos e eventos ao longo do ano.

O sucesso no alcance e na ampliação da oferta de vagas nas ações coordenadas pela Emes, o que permitiu a participação simultânea de magistrados/as e servidores de todo o estado, é fruto do planejamento prévio e da inovação nas atividades, que foram realizadas quase que integralmente na modalidade remota, por videoconferência e ao vivo, com o suporte complementar da plataforma de educação a distância Moodle.

Dentre as atividades remotas, vale ressaltar a conclusão da primeira turma de Pós-graduação *Lato Sensu em Direito Penal e Direito Processual Penal* desta Escola, 100% *on-line*, no mês de dezembro, totalizando 360 horas-aulas além das ofertadas nos cursos regulares. Quanto às capacitações regulares, descaram-se as ações direcionadas aos múltiplos sistemas judiciais, a exemplo o Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU, que foram oferecidas no total 11 turmas somente neste ano, somando 44 horas-aula, e a Atualização do Banco Nacional do Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0, somando 36 horas-aulas distribuídas em 9 turmas, ambas destinadas a integrantes de unidades judiciárias de todo o estado, atendendo a 523 alunas/os (magistradas/os e servidores/as). Outras capacitações de relevância ainda na área de sistemas, porém com foco administrativo/gestão, também ocorreram na modalidade remota e ao vivo, foram elas: Sistema Eletrônico de Informações – SEI, em parceria com o Sindioficiais, Justiça Digital: Google Workspace e PJE, que visou apresentar as



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

funcionalidades da ferramenta Google WorkSpace na prática, Introdução ao Sistema CidadES, destinada aos gestores de contratos, ordenadores de despesas e secretários desta Corte, juntas as ações somam mais de 133 horas-aulas e atingiram ao total de 717 integrantes deste poder judiciário.

Na modalidade presencial, a Emes realizou, dentro outros, os eventos “*Simpósio Panorama atual da Recuperação de Empresa e Falência no Brasil*”, em 24 de junho, com os ilustres Drs. Daniel Carnio Costa e Alexandre Nasser Pachedo, a palestra “*Tópicos Relevantes aa Recente Jurisprudência do STJ*”, com a presença do Excelentíssimo Ministro Sérgio Kukina, no data de 8 de julho de 2022, e o curso “*Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos*”, com o Dr. Álvaro Capagio, nos dias 10 e 11 de novembro, autor do livro “*Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos*”.

A seguir, a Emes apresenta o quadro com as ações realizadas em 2022:

CURSO/PALESTRA	INSTRUTOR	LOCAL	DATA	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE PARTICIPANTES MAGISTRADOS	NÚMERO DE PARTICIPANTES SERVIDORES	NÚMERO DE PARTICIPANTES VISITANTES
PJe no TJES: Área Criminal – Fluxo do Revisor	Juliana Carrareto Favaratto Casoti e Marcia Valéria Orechio Pimentel	Plataforma ZOOM	7/2/2022	3	0	65	0
Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU: Magistrados, Assessores, Servidores e Estagiários (turma 1)	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolím	Plataforma ZOOM	8/2/2022	4	0	25	17
Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU: Magistrados, Assessores, Servidores e Estagiários (turma 2)	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolím	Plataforma ZOOM	15/2/2022	4	2	37	21
Treinamento do PJe – 1º grau	Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo	Plataforma ZOOM	16, 17 e 18/02/2022	11	0	15	11
Solenidade de Abertura da 20ª Semana da Justiça pela paz em casa		Pleno do TJES	7/3/2022	2	4	5	2
Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU: Magistrados, Assessores, Servidores e Estagiários (turma 3)	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolím	Plataforma ZOOM	8/3/2022	4	2	15	14



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU: Magistrados, Assessores, Servidores e Estagiários (turma 4)	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	Plataforma ZOOM	15/3/2022	4	1	27	8
PJe no 1º Grau - curso prático para tirar dúvidas	Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo	Fórum de Montanha	15/3/2022	6	1	8	7
PJe no 1º Grau - curso prático para tirar dúvidas	Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo	Fórum de Conceição da Barra	16/3/2022	6	0	7	5
PJe no 1º Grau - curso prático para tirar dúvidas	Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo	Fórum de Nova Venécia	17/3/2022	6	0	10	8
Improbidade Administrativa – Teoria e Prática (conforme a Lei 14.230/2021)	Rafael Carvalho Rezende Oliveira e Daniel Amorim Assumpção Neves	Plataforma ZOOM	25/3/2022	3	22	128	10
Simplificando o SEI Sistema Eletrônico de Informações (parceria Sindioficiais)	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	EMES - SALA 3	29/4/2022	4	0	17	0
Simplificando o SEI Sistema Eletrônico de Informações (parceria Sindioficiais)	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	EMES - SALA 3	13/5/2022	4	0	17	0
Governança aplicada à Gestão de Pessoas no Poder Judiciário	Sandro Trescastro Bergue	Plataforma ZOOM	6, 13 e 20/05/2022	12	0	22	1
Simplificando o SEI Sistema Eletrônico de Informações (parceria Sindioficiais)	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	EMES - SALA 3	20/5/2022	4	0	9	0
Simplificando o SEI Sistema Eletrônico de Informações (parceria Sindioficiais)	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	EMES - SALA 3	24/5/2022	4	0	12	0
Inventário e Partilha: Teoria e Prática	Conrado Paullino da Rosa e Marco Antonio Rodrigues	Plataforma ZOOM	30/05 e 1/06/2022	6	9	86	15
Introdução ao Sistema CidadES: Contratação (turma 1)	Carlos Eduardo Brunoro Grillo	Plataforma ZOOM	3/6/2022	3	0	42	0



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Pje Criminal - Treinamento para Multiplicadores	Eliazer Costa Vieira e Maria Aparecida Peixoto C. Azevedo	EMES - SALA 3	30/05 a 03/06/202 2	40	6	22	0
Introdução ao Sistema CidadES: Contratação (turma 2)	Carlos Eduardo Brunoro Grillo	Platafor ma ZOOM	10/6/2022	3	0	23	0
Google Drive e suas Aplicações no PJES	Marcos Rosi Marinho	Google Meet	10/6/2022	3	14	239	43
Pje no 2º Grau: Sessão com Composição Integral	Juliana Carrareto Favaratto Casoti e Marcia Valéria Orechio Pimentel	Platafor ma ZOOM	10 e 13/06/202 2	6	0	23	0
PJE CRIMINAL - GRANDE VITÓRIA: TURMA 1	Dr. Felipe M. Morgado Horta, Maria Aparecida P C Azevedo e Renata Guizan Correa Leão	EMES - SALA 3	13 e 14/06/202 2	16	7	6	0
PJE CRIMINAL - LINHARES: TURMA 1	Daise de Moura Oliveira Inácio e Vitor Aguiar dos Reis	Comarc a de Linhares	13 a 15/06/202 2	20	4	6	0
PJE CRIMINAL - SÃO MATEUS: TURMA 1	Dr. Felipe Rocha Silveira e Renata Oliveira Santos	Comarc a de São Mateus	13 a 15/06/202 2	20	2	7	0
PJE CRIMINAL - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: TURMA 1	Dra. Maria Izabel Pereira de Azevedo Altoe e Cristina Lucia Pessine dos Santos Marinato	Comarc a de Cachoei ro de Itapemiri m	13 a 15/06/202 2	20	5	12	3
PJE CRIMINAL - COLATINA : TURMA 1	Dr. André Guasti Mota e Jeronimo Luiz Seidel Junior	Comarc a de Colatina	13 a 15/06/202 2	20	4	9	0
PJE CRIMINAL - GRANDE VITÓRIA: TURMA 2	Lorenzo Peruchi Guimarães e Renata Guizan Corrêa Leão	EMES - SALA 3	20 a 22/06/202 2	20	0	19	0
PJE CRIMINAL - COLATINA : TURMA 2	Aleksander Marino Trevizani e Jeronimo Luiz Seidel Junior	Comarc a de Colatina	20 a 22/06/202 2	20	0	12	0
PJE CRIMINAL - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: TURMA 2	Myrela Martins Almeida Tiradentes e Siloni Taylor Nunes	Comarc a de Cachoei ro de Itapemiri	20 a 22/06/202 2	20	0	18	0



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

		m					
PJE CRIMINAL - SÃO MATEUS: TURMA 2	Humberto Bazzarella Fonseca e Evaldo Reinan Fontes Simões	Comarca de São Mateus	20 a 22/06/2022	20	0	9	0
PJE CRIMINAL- LINHARES: TURMA 2	Daise de Moura Oliveira Inácio e Gustavo Supelete	Comarca de Linhares	20 a 22/06/2022	20	0	10	0
Avaliação de Controles Internos na Administração Pública	Romilson Rodrigues Pereira	Plataforma ZOOM	20 a 23/06/2022	16	0	7	0
Temas Contemporâneos do Direito Penal e do Processo Penal	Dr. Antonio Carlos da Ponte	Plataforma ZOOM	24/6/2022	3	13	57	13
Simpósio Panorama atual da Recuperação de Empresa e Falência no Brasil	Dr. Daniel Carnio Costa e Alexandre Nasser Pachedo	SALÃO PLENO DO TJES	24/6/2022	3h30min	8	19	4
PJE CRIMINAL - GRANDE VITÓRIA: TURMA 3	Leandro Silva Oliveira e Augusto Henrique G. F. de Andrade	EMES - SALA 3	22 a 24/06/2022	20	0	15	0
PJE CRIMINAL - SÃO MATEUS: TURMA 3	Humberto Bazzarella Fonseca e Renata Oliveira Santos	Comarca de São Mateus	22 a 24/06/2022	20	1	6	0
PJE CRIMINAL - LINHARES: TURMA 3	Wesley Sandro Campana dos Santos e Gustavo Supelete	Comarca de Linhares	22 a 24/06/2022	20	0	1	0
PJE CRIMINAL - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: TURMA 3	Dra. Maria Izabel Pereira de Azevedo Altoe e Cristina Lucia Pessine dos Santos Marinato	Comarca de Cachoeiro de Itapemirim	22 a 24/06/2022	20	5	11	0
PJE CRIMINAL - COLATINA: TURMA 3	Dr. André Guasti Mota e Fabiano Antonio Babilon	Comarca de Colatina	22 a 24/06/2022	20	4	7	0
PJE CRIMINAL - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: TURMA 4	Ana Lucia Veiga de Freitas Machado e Siloni Taylor Nunes	Comarca de Cachoeiro de Itapemirim	27 e 28/06/2022	18	0	20	2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

PJE CRIMINAL - GRANDE VITÓRIA: TURMA 4	Dr. Felipe M. Morgado Horta e Renata Guizan Correa Leão	EMES - SALA 3	27 a 29/06/202 2	20	4	5	0
PJE CRIMINAL - LINHARES: TURMA 4	Vitor Aguiar dos Reis e Gustavo Supelete	Comarc a de Linhares	27 a 29/06/202 2	20	0	5	0
PJE CRIMINAL - SÃO MATEUS: TURMA 4	Humberto Bazzarella Fonseca e Pedro Alexandre Hemerly	Comarc a de São Mateus	27 a 29/06/202 2	20	0	9	0
PJE CRIMINAL - COLATINA : TURMA 4	Aleksander Marino Trevizani e Joacir Orige	Comarc a de Colatina	27 a 29/06/202 2	20	0	8	0
PJE CRIMINAL - AFONSO CLAUDIO : TURMA 1	Dra. Graciela de Rezende Henriquez Matos e Roberto de Souza Peixoto Duarte	Comarc a de Afonso Claudio	27 a 29/06/202 2	20	0	6	0
VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS NO PJE: FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES/ AS (TURMA 1)	Luciana Merçon e Karine Santos Izoton	EMES - SALA 5	30/6/2022	3h30min	0	11	0
VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS NO PJE: FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES/ AS (TURMA 2)	Luciana Merçon e Karine Santos Izoton	EMES - SALA 5	1/7/2022	3h30min	0	19	0
PJE CRIMINAL - GRANDE VITÓRIA: TURMA 5	Lourenço Peruchi Guimarães e Renata Guizan Correa Leão	EMES - SALA 3	29/06 a 01/07/202 2	20	0	14	0
PJE CRIMINAL - AFONSO CLAUDIO : TURMA 2	Felipe Gabriel Sotero de Andrade e Helio Adolpho Machado Schiavo	Comarc a de Afonso Claudio	29/06 a 01/07/202 2	20	0	4	0
PJE CRIMINAL - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM : TURMA 5	Ana Lucia Veiga de Freitas Machado, Milton Junior Barros Araújo e Myrela Martins Almeida Tiradente	Comarc a de Cachoei ro de Itapemiri m	30/6 a 01/07/202 2	18	0	5	0
PJE CRIMINAL - GRANDE VITÓRIA: TURMA 6	Dr. Felipe Monteiro Morgado Horta e Renata Guizan Correa Leão	EMES - SALA 3	04/07 a 06/07/202 2	20	3	7	0



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

PJE CRIMINAL - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM : TURMA 6	Ana Lucia Veiga de Freitas Machado e Myrela Martins Almeida Tiradente	Comarca de Cachoeiro de Itapemirim	04/07 a 06/07/2022	20	0	7	0
PJE CRIMINAL - AFONSO CLAUDIO : TURMA 3	Felipe Gabriel Sotero de Andrade e Helio Adolpho Machado Schiavo	Comarca de Afonso Claudio	04/07 a 06/07/2022	20	0	7	0
Trabalhando de Forma Colaborativa com Google Docs e Google Drive	Marcos Rosi Marinho	Google Meet	6/7/2022	3	3	105	10
VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS NO PJE (TURMA 1)	Luciana Merçon e Karine Santos Izoton	Plataforma ZOOM	7/7/2022	3h30min	1	120	9
VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS NO PJE (TURMA 2)	Luciana Merçon e Karine Santos Izoton	Plataforma ZOOM	8/7/2022	3h30min	1	81	14
PALESTRA TÓPICOS RELEVANTES DA RECENTE JURISPRUDÊNCIA DO STJ	Ministro Sérgio Kukina	Salão Nobre TJES	8/7/2022	2h	14	29	2
PJE CRIMINAL - GRANDE VITÓRIA: TURMA 7	Dr. Felipe Monteiro Morgado Horta e Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo	EMES - SALA 3	6/07 a 8/07/2022	20h	6	10	0
PJE CRIMINAL - GRANDE VITÓRIA: TURMA 8	Dr. Felipe Monteiro Morgado Horta e Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo	EMES - SALA 3	11/07 a 13/07/2022	20h	6	8	0
PJE CRIMINAL - GRANDE VITÓRIA: TURMA 9	Dr. Felipe Monteiro Morgado Horta e Augusto Henrique Gomes Ferreira de Andrade	EMES - SALA 3	13/07 a 15/07/2022	20h	6	8	0
PJE CRIMINAL - GRANDE VITÓRIA: TURMA 10	Renata Guizan Correa Leão e Lourenço Peruchi Guimarães	EMES - SALA 3	18/07 a 20/07/2022	20h	0	15	0
CERIMÔNIA INAUGURAL DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS EM DIREITO DE SAÚDE	Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior, João Pedro Gebran Neto, Richard Pae Kim	Salão Nobre TJES	20/7/2022	2h	21	6	4
Introdução à Legislação do Depoimento Especial: Visão crítica da Teoria e da Prática.	Dr. Élio Braz Mendes	Plataforma ZOOM	1, 8, 15 e 22/07/2022	12h	6	28	8



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Política de Aquisições do Banco Interamericanos de Desenvolvimento (BID)	Antônio Claudino de Jesus, Rosana de Souza Murari, Patrícia Leslie Barragán Macêdo	Sala de Sessões do Térreo	8, 15 e 22/07/2022	12h	0	26	0
PJE CRIMINAL - GRANDE VITÓRIA: TURMA 11	Leandro Silva Oliveira e Augusto Henrique G. F. de Andrade	EMES - SALA 3	20 a 22/07/2022	20h	0	11	0
PJE CRIMINAL - GRANDE VITÓRIA: TURMA 12	Leandro Silva Oliveira e Augusto Henrique G. F. de Andrade	EMES - SALA 3	25 a 27/07/2022	20h	0	10	0
PJE CRIMINAL - GRANDE VITÓRIA: TURMA 13	Dr. Felipe M. Morgado Horta e Renata Guizan Correa Leão	EMES - SALA 3	27 a 29/07/2022	20h	6	8	0
PJE CRIMINAL - GRANDE VITÓRIA: TURMA 14	Lourenço Peruchi Guimarães e Maria Aparecida Peixoto Concínio Azevedo	EMES - SALA 3	01 a 03/08/2022	20h	0	23	1
Aspectos Polêmicos dos Juizados Especiais	Dr. Maurício Ferreira Cunha (TJMG) e Dr. Pedro Henrique Nogueira (Ufal)	Plataforma ZOOM	5/8/2022	20h	12	86	10
Depoimento Especial pelo Protocolo Brasileiro de Entrevista	Maria Rosimery de Medeiros Lima Bastos e Dr. Elio Braz Mendes	Plataforma ZOOM	10/06 a 30/06/2022	40h	0	18	0
Justiça Digital: Google Workspace e PJE	Marcos Rosi Marinho, Fabio Buaiç de Lima, Luciana Merçon, Karine Santos Izoton	Plataforma ZOOM	17/08 a 19/08/2022	10h30min	0	16	2
Solenidade de Abertura da 20ª Semana da Justiça pela paz em casa	Dr. Marcos de Freitas	Salão de Sessões do Térreo	15/8/2022	2h	6	5	12
Reunião Técnica sobre Fomento e Fortalecimento de Conselhos da Comunidade no Estado do ES	Des. Fernando Zardini, Dr. Marcello Paiva de Mello, Dr. Cesar Augusto Ramaldes da Cunha Santos, Dr. Felipe Athayde, Dra. Gisele Souza de Oliveira, Dr. André Guasti, Dr. João Coelho	Plataforma ZOOM	19/8/2022	3h	7	8	0
"O oficial de Justiça e as novas atribuições: crise ou evolução."	Mauro Faião, Daniel Faião, Des. Fernando Zardini Antonio, Des. Pedro Valls Feu Rosa, Des. Samuel Meira Brasil Júnior	Salão Pleno do TJES	19/8/2022	8h	3	141	5



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Dosimetria da Pena	Dr. Ricardo Augusto Schmitt	Plataforma ZOOM	19/08 e 26/08/2022	8h	14	99	28
Justiça Digital: Google Workspace e PJE	Marcos Rosi Marinho, Fabio Buaz de Lima, Luciana Merçon, Karine Santos Izoton	Plataforma ZOOM	24, 25 e 26/08/2022	10h30min	1	22	3
Usuário Interno do PJE – 1º Multiplicadores	Juliana Carrareto Favarato Casoti, Marcia Valeria Orechio Pimentel, Rosangela Santos Cardoso	Plataforma ZOOM	8, 9, 10, 15, 16, 17, 22, 23, 24, 29, 30 e 31/08/2022	36h	0	15	0
Justiça Digital: Google Workspace e PJE	Marcos Rosi Marinho, Fabio Buaz de Lima, Luciana Merçon, Karine Santos Izoton	Plataforma ZOOM	31/08 a 02/09/2022	10h30min	0	13	10
A participação de crianças e adolescentes em audiências judiciais.	Valdécio Carlos da Silva Júnior	Auditório da Corregedoria Geral da Justiça	2/9/2022	4h	0	39	4
Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)	Mário Saadi	Plataforma ZOOM	12, 13 e 14/09/2022	6h	0	31	0
Justiça Digital: Google Workspace e PJE	Marcos Rosi Marinho, Fabio Buaz de Lima, Luciana Merçon, Karine Santos Izoton	Plataforma ZOOM	14 e 16/09/2022	10h30min	0	3	0
Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares: Aspectos Gerais e Nulidade	Dra. Debora Vasti da Silva do Bonfim Denys	Plataforma ZOOM	15, 16, 22, 23/09/2022	16h	0	26	0
Justiça Digital: Google Workspace e PJE	Marcos Rosi Marinho, Fabio Buaz de Lima, Luciana Merçon, Karine Santos Izoton	Plataforma ZOOM	21 a 23/09/2022	10h30min	0	15	9
Justiça Digital: Google Workspace e PJE	Marcos Rosi Marinho, Fabio Buaz de Lima, Luciana Merçon, Karine Santos Izoton	Plataforma ZOOM	28 a 30/09/2022	10h30min	0	12	1



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Curso Preparatório para Postulantes à Adoção	Ewerton Nicoli e outras/os	Plataforma ZOOM	3, 4 e 5/10/2022	12h	0	56	0
Gestão de Risco e Sustentabilidade nas Contratações	Igor Vidal Araújo	Plataforma ZOOM	16, 22 e 23/09 e 7/10/2022	12h	0	16	0
Comentários à Lei 14.181/2021: Atualização do CDC em Matéria de Superendividamento	Clarisse Costa de Lima e Claudia Lima Marques	Plataforma ZOOM	7/10/2022	3h	12	57	3
Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado SEEU: Módulo medidas diversas da prisão (Turma 1)	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	Plataforma ZOOM	10/10/2022	4h	0	3	2
Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado SEEU: Módulo medidas diversas da prisão (Turma 2)	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	Plataforma ZOOM	11/10/2022	4h	0	12	2
Justiça Digital: Google Workspace e PJE	Marcos Rosi Marinho, Fabio Buaz de Lima, Luciana Merçon, Karine Santos Izoton	Plataforma ZOOM	5, 6 e 14/10/2022	10h30min	0	7	5
Reforma da Lei de Improbidade Administrativa em Retrospectiva	Heitor Sica, Luciana Gomes Ferreira de Andrade e outros	TJES - Salão Pleno	20/10/2022	3h30min	13	40	24
Justiça Digital: Google Workspace e PJE	Marcos Rosi Marinho, Fabio Buaz de Lima, Luciana Merçon, Karine Santos Izoton	Plataforma ZOOM	19, 20 e 21/10/2022	10h30min	0	12	6
Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado SEEU: Módulo medidas diversas da prisão (Turma 3)	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	Plataforma ZOOM	21/10/2022	4h	0	23	9
Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado SEEU: Módulo medidas diversas da prisão (Turma 4)	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	Plataforma ZOOM	24/10/2022	4h	0	12	5
Evento de Comemoração ao Dia do Servidor Público	Lorena Milaneze Bastos e Lucas Fonseca	Plataforma ZOOM	24/10/2022	2h	0	185	11



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Curso Remoto Justiça Digital: Google Workspace e PJE	Marcos Rosi Marinho, Fabio Buaz de Lima, Luciana Merçon e Karine Santos Izoton	Plataforma ZOOM	25, 26 e 27/10/2022	10h30min	0	11	1
Curso Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado SEEU: Módulo Medidas Diversas da Prisão (Turma 5)	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	Plataforma ZOOM	27/10/2022	4h	0	22	13
Curso Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado SEEU: Módulo Medidas Diversas da Prisão (Turma 6)	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	Plataforma ZOOM	31/10/2022	4h	0	12	1
Evento de Lançamento da 8ª Edição do Livro Sentença Criminal com Palestra "Mandados de Criminalização"	Dr. Antonio Carlos da Ponte	TJES - Salão Pleno	3/11/2022	2h	17	32	4
Atualizações do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) Turma 1	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	Plataforma ZOOM	4/11/2022	4h	1	12	3
Curso Atualizações no Sistema Eletrônico de Execução Unificado SEEU: Módulo Medidas Diversas da Prisão (Turma 7)	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	Plataforma ZOOM	7/11/2022	4h	0	5	0
Agilidade na Prática Aplicada ao TJES	Juliana Sousa Nogueira	Plataforma ZOOM	6,13,20 e 27/10 e 3,4,7 e 8/11/2022	22h	0	15	0
Atualização do Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) Turma 2	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	EMES - Sala 2	10/11/2022	4h	0	13	0
Atualização do Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) Turma 3	Leandro Silva Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolim	EMES - Sala 2	11/11/2022	4h	0	15	0
Investigação Digital	Octávio Celso Gondim Paulo Neto	Plataforma ZOOM	11/11/2022	3h	10	55	11
Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos	Álvaro Capagio	EMES - Sala 4	10 e 11/11/2022	16h	0	36	0



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Atualização do Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) Turma 4	Leadro Sila Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolím	EMES - Sala 2	17/11/2022	4h	0	13	0
Palestra Tutela Provisória	Des. José Roberto dos Santos Bedaque	Salão Pleno TJES	18/11/2022	2h	12	31	10
Atualização do Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) Turma 5	Leadro Sila Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolím	Plataform a ZOOM	21/11/2022	4h	2	21	0
Serviço Cartorário de Primeira Instância: perfis e habilidades necessárias para o trabalho em equipe — Turma 1:	Elaine Malagoli e Rosimere Morelato	Plataform a ZOOM	10, 17, 18, 21/11/2022	26h	0	17	0
Atualização do Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) Turma 6	Leadro Sila Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolím	EMES - Sala 2	23/11/2022	4h	0	6	0
Simplificação Textual	Natalie Reikdal Cervieri	Plataform a ZOOM	21, 22 e 23/11/2022	9h	0	38	7
Atualização do Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) Turma 7	Leadro Sila Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolím	Plataform a ZOOM	25/11/2022	4h	1	28	2
Atualização do Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) Turma 8	Leadro Sila Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolím	Plataform a ZOOM	29/11/2022	4h	0	19	5
Curso remoto Resolução CNJ 401/2021: Orientações para uma Gestão com Acessibilidade	João Estevão Silveira Filho (TCEES)	Plataform a ZOOM	28 e 29/11/2022	6h	1	21	0
Justiça Digital: Google Workspace e PJE	Marcos Rosi Marinho, Fabio Buaiz de Lima, Luciana Merçon, Karine Santos Izoton	Plataform a ZOOM	29, 30/11 e 1º/12/2022	10h30min	0	8	4
Atualização no BNMP 2.0 — Turma 9: Varas Criminais	Leadro Sila Oliveira e Thamiris Dezan Nascimento Pampolím	Plataform a ZOOM	30/11/2022	4h	1	22	4



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Capacitação para o uso da Ferramenta e-NatJus, do CNJ	Dr. Grécio Nogueira Grégio	Plataform a ZOOM	1/12/2022	3h	8	137	6
---	----------------------------	------------------	-----------	----	---	-----	---

6.2 ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social é setor vinculado diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e desenvolve uma política de comunicação conforme as diretrizes do Presidente e da Resolução nº 85/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

As atividades da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social são desenvolvidas por jornalistas profissionais que atuam na área da comunicação impressa, rádio e televisão, bem como por programador visual, fotógrafo, cinegrafista e editor de imagens.

As atribuições da unidade estão estabelecidas no artigo 22, da Resolução TJES nº 75/2011. E, o mais importante, é que a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social cumpre rigorosamente seus trabalhos, procurando sempre avançar no que há de novo na área em que atua dentro do Poder Judiciário.

6.2.1 AÇÕES REALIZADAS EM 2022

O ano de 2022 foi um ano de retomada das sessões e eventos presenciais no Tribunal de Justiça do Espírito Santo após o longo período em que tivemos que conviver com os reflexos da pandemia da Covid-19 no âmbito do Poder Judiciário Estadual. Durante todo o período, a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TJES continuou prestando informações relevantes à população, por meio do site do TJES, e atendendo à imprensa e ao público interno do Tribunal de Justiça durante todo o ano, agora na administração do desembargador Fabio Clem de Oliveira, que assumiu a presidência do Tribunal de Justiça em dezembro de 2021, para o biênio 2022/2023, e colocou como prioridade de sua administração a implantação do processo judicial eletrônico e a modernização do Judiciário Estadual.

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Assessoria de Imprensa	<p>Em 2022, foram atendidas 503 demandas de imprensa e publicados 717 textos jornalísticos no sítio do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.</p> <p>As matérias, publicadas e encaminhadas por meio de um informe à imprensa, versam sobre decisões judiciais de Juízes e Desembargadores, ações e projetos institucionais desenvolvidos pelo Poder Judiciário Estadual, entre outros assuntos que sejam de interesse da administração.</p> <p>Os releases também são enviados para a Assessoria de</p>



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

	<p>Comunicação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde nossos textos, com reportagens institucionais, são publicados com frequência.</p> <p>Essas ações dão publicidade e visibilidade às decisões, ações e projetos do Poder Judiciário Estadual.</p>
Publicidade/Editoração	<p>Criação e desenvolvimento gráfico de campanhas, identidade visual, projetos gráficos, como cartilhas, relatórios, convites, entre outros.</p> <p>Também é de responsabilidade da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social a criação e desenvolvimento gráfico da identidade visual de todas as publicações e eventos organizados e realizados pelo Poder Judiciário Estadual.</p> <p>Podemos destacar como produtos desenvolvidos pela Assessoria em 2022: elaboração e atualização constante da lista de telefones e e-mails para atendimento; material para as semanas da Justiça pela Paz em Casa, diagramação da cartilha de serviços das unidades judiciárias, certificados do prêmio William Couto; publicação dos Ementários Trimestrais de jurisprudência da vice-presidência do TJES; convites para solenidades e outros convites para eventos, material de divulgação das ações da Secretaria de Tecnologia da Informação e da COMVIDES; elaboração do guia para utilização da central de intermediação em libras, artes para as redes sociais, elaboração da apresentação do TJES para o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), material para divulgação do Chat Bot da STI, folder Adoção passo a passo, elaboração de fundos de tela para serem utilizados em apresentações e reuniões virtuais, material para o Dia do Servidor.</p>
Comunicação Interna	<p>Informes referentes ao Judiciário e à carreira, que são imprescindíveis para magistrados, servidores e estagiários, são enviados por meio de um informativo eletrônico personalizado, denominado "Última Hora". Ao todo, em 2022, foram enviados 22 boletins.</p> <p>Por meio de listas de transmissão para desembargadores, juízes e servidores, que se mostraram muito eficientes, foram enviadas notas, informações técnicas, e notícias produzidas pelo setor.</p>
TV Justiça	<p>Em 2022, a TV Justiça ES produziu um total de 20 vídeos, entre cerimônias de posse, despedidas, institucionais, projetos, assinaturas de convênio, coberturas de eventos,</p>



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

	<p>registros de palestras e campanhas institucionais. Um dos objetivos é a divulgação de projetos do Judiciário capixaba. Além da parceria com a TV Justiça do STF, por meio do qual, são enviadas imagens e entrevistas de notícias do judiciário local para serem transmitidas no Jornal da Justiça, que possui amplitude nacional.</p>
Podcast Just Talk	<p>Em 2022, a Assessoria de Comunicação realizou a gravação de podcasts com magistrados, servidores e outros profissionais sobre temas de relevância para a população e para o público interno do TJES, como: campanhas de saúde e assuntos atuais, como estelionato sentimental, bullying, mudança de nome civil, lei de proteção de dados etc.</p> <p>Ao todo foram produzidos 20 episódios durante o ano, que foram ao ar por meio das plataformas Spotfy e Anchor.</p>
Redes Sociais	<p>A Comunicação é responsável por alimentar e gerenciar todas as páginas do Poder Judiciário Estadual nas redes sociais.</p> <p>Durante o ano de 2022, foram 591 postagens no instagram (que atualmente conta com mais de 20 mil seguidores), 449 postagens no Twitter e 602 no Facebook, dando publicidade às decisões do PJES, além de informar sobre temas de relevância institucional e social.</p>
Campanhas	<p>Atualmente, no Estado, a maioria das famílias interessadas em adotar uma criança ainda prefere crianças com menos de 6 anos de idade.</p> <p>Diante dessa realidade, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, por meio da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA/ES), criou a campanha Esperando Por Você, na tentativa de mudar o futuro de crianças e adolescentes que estão há anos em instituições de acolhimento do Espírito Santo, esperando por uma família. Especificamente as crianças mais velhas, os grupos de irmãos ou aquelas que possuem alguma condição especial de saúde.</p> <p>Com o intuito de quebrar paradigmas e trazer um novo olhar, a campanha dá voz a esses meninos e meninas através de vídeos gravados pela equipe de comunicação do TJES. As imagens são sensíveis e positivas. As crianças brincam, mostram suas personalidades, revelam suas qualidades, habilidades, potencialidades e sonhos. Ou simplesmente cativam com um sorriso ou olhar.</p> <p>Em razão da pandemia da Covid-19, houve uma redução do</p>



	<p>número de vídeos produzidos pela Assessoria de Comunicação. Mas, em contrapartida, alguns puderam ser produzidos pelos próprios funcionários das instituições de acolhimento, a partir de instruções elaboradas e transmitidas pela ASCOM-TJES.</p> <p>Em 2022, 13 crianças entraram na campanha e 08 vídeos foram produzidos na Ascom, alguns com grupos de irmãos.</p> <p>Desde que foram lançados, em maio de 2017, os vídeos já foram visualizados por milhares de pessoas no Youtube. A CEJA já recebeu e-mails e telefonemas de mais de 20 estados do Brasil e também de brasileiros residentes na Espanha, Alemanha, Estados Unidos, Itália, Noruega, Tailândia, Inglaterra, Singapura, França e Japão.</p>
--	---

6.2.2 AÇÕES EM ANDAMENTO

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Check List de Acessibilidade para a Comunicação	Este projeto tem por finalidade a elaboração de um check list com os principais requisitos que devem ser atendidos para garantir a acessibilidade de publicações de matérias no site e postagens nas redes sociais.
Libras em todo o site do TJES	O projeto abrange todo o site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo adicionando através da extensão para o wordpress "VLibras" (onde os dados do site são inseridos) um avatar que fará a leitura dos conteúdos na língua brasileira de sinais (Libras), o que tornará os conteúdos acessíveis a pessoas surdas que usam a Libras.
Cartilha: publicando conteúdos acessíveis	Trata-se da criação de uma cartilha para orientar todos os servidores que publicam conteúdos imagéticos ou textuais no site www.tjes.jus.br a respeito das boas práticas de publicações acessíveis às pessoas com deficiência, segundo as orientações de páginas especializadas em acessibilidade e a consultoria da Comissão de Acessibilidade do PJES. A demanda se alinha à necessidade de estreitar os canais de comunicação do Poder Judiciário com os jurisdicionados e, também, servidores que sejam pessoas com deficiência e que atualmente não são contemplados com conteúdos acessíveis.

6.2.3 AÇÕES A SEREM REALIZADAS

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Reformulação do ambiente de Intranet do sítio do Tribunal de Justiça do Espírito Santo	A adequação do layout da rede interna do sítio do TJES está entre as ações necessárias e previstas para tornar mais fácil o acesso às informações relevantes sobre o trabalho desenvolvido pelas unidades judiciárias, secretarias, coordenadorias e assessorias, assim como, às decisões que impactam no dia a dia dos integrantes do Órgão e facilitam a comunicação interna no âmbito do Judiciário Capixaba.



6.3 ASSESSORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

A Assessoria de Segurança Institucional (ASI) compete realizar a segurança das instalações, bem como controlar o acesso de pessoas e veículos, em todos os prédios utilizados pelo Poder Judiciário, dentre outras atribuições, conforme prevê o art. 24, da Resolução TJES nº. 075/2011.

6.3.1. AÇÕES REALIZADAS EM 2022

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Contrato para prestação de serviço de locação de equipamentos e monitoramento de sistemas de alarmes e vistoriador técnico de pronta resposta nas Unidades Judiciárias do Espírito Santo.	Através dos equipamentos que locados e monitorados é possível acompanhar e garantir que os Fóruns e as unidades judiciárias estarão seguros contra: intrusões, vandalismos, furtos e danos. Além disso, caso ocorra alguma situação excepcional, a vistoria técnica será ativada, garantindo uma pronta resposta através das autoridades de segurança locais e dos agentes competentes.
Aquisição de suprimentos para impressão de Crachás de identificação para magistrados, servidores e estagiários do PJES.	O objetivo da presente contratação é fornecer suprimentos que permitam a continuidade da confecção de crachás para todos os funcionários do PJES: magistrados, servidores e estagiários. Garantindo assim que todos aqueles que trabalham nas unidades jurisdicionais portarão seu crachá de identificação.
Contratação de empresa para Locação de equipamentos para controle de acesso de pessoas e veículos.	Instalação, em 40 unidades de sistema de controle de acesso via biometria facial. A proposta é que todos os cadastros de acesso do PJES sejam unificados. Assim, utilizando somente o próprio rosto, magistrados, servidores, advogados e visitantes poderão acessar os fóruns do PJES.
Contratação de empresa para fornecimento e instalação de sistema de monitoramento por câmeras para o Arquivo Geral de Serra.	Permitir a visualização das imagens captadas pelas câmeras, recuperar imagens armazenadas no sistema, controlar a movimentação interna e externa de pessoas e veículos e, em suma, dotar o Poder Judiciário de mecanismos que possibilitem a implementação de medidas de proteção das pessoas e do patrimônio público, proporcionando conforto e segurança, redução das falhas humanas e suporte inteligente à vigilância ostensiva,



	aumentando os níveis de segurança.
--	------------------------------------

6.3.2. AÇÕES EM ANDAMENTO

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Locação de Detectores de Metais e Scanner de Raios-X.	<p>O objetivo da contratação desses equipamentos é ampliar a abrangência desse sistema nas comarcas de grande porte do interior e garantir o bom funcionamento dos outros equipamentos de segurança já instalados. Além de atender as demandas da resolução 031/2018 do E. Tribunal de Justiça do Espírito Santo.</p> <p>Essa resolução determina que o acesso às dependências do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo dependerá, obrigatoriamente, de identificação perante a recepção, bem como da prévia vistoria de pessoas, de objetos e de volumes pelos equipamentos detectores de metais, assim como de inspeção de bagagens.</p>
Atualização do Software de gravação e gerenciamento de câmeras que atende o PJES	<p>Este Termo de Referência (TR) trata da renovação do suporte para atualização do Milestone XPROTECT, versão mais avançada do software, que já se encontra instalada no Poder Judiciário do Espírito Santo - PJES.</p> <p>A atualização do plano de suporte permite que o sistema de monitoramento de imagens tenha acesso a patches e atualizações de segurança mais recentes, bem como as últimas melhorias na plataforma, garantida pelos 5 anos contratados.</p> <p>Também garante que o sistema esteja protegido e atualizado, além de permitir a inclusão do acesso dos integradores ao canal de suporte da Milestone para atendimento do PJES, referente à solução de eventuais problemas com a plataforma que necessitem de envolvimento do fabricante (suporte de terceiro nível).</p>
Contratação de sistema de video-portaria para gabinetes do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.	<p>O objetivo é garantir a segurança dos gabinetes possibilitando a visualização em tempo real da movimentação da antessala e da sala de espera.</p> <p>Atualmente diversos gabinetes do PJES possuem esse sistema instalado e isso tem contribuído para inexistência de incidentes de segurança em</p>



	gabinetes. E, considerando a instalação de novos gabinetes no 2º Andar do prédio, se faz necessária a contratação de novos sistemas para equipar as novas salas.
--	--

6.4 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

A Secretaria de Infraestrutura é a unidade administrativa responsável pelas atividades referentes à aquisição (pesquisas de mercado, licitações e contratações diretas), controle, fornecimento e logística de materiais de consumo e permanentes; dos serviços de apoio (recebimento e expedição de correspondências); dos serviços de transporte; dos serviços de limpeza e copeiragem; dos serviços de reprografia; dos serviços de telefonistas; dentre outros.

Cabe, ainda, à Secretaria, a coordenação das metas e diretrizes propostas pela Administração do Poder Judiciário, o acompanhamento da execução do seu orçamento, organizando os planos de trabalho e cronogramas para a realização das atividades de sua competência e zelando pelo cumprimento dos prazos estipulados, dentre outras atribuições elencadas na Resolução TJES nº 75/2011.

É a estrutura da Secretaria de Infraestrutura:

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Infraestrutura	Coordenadoria de Suprimentos e Controle Patrimonial	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Material de Consumo;• Seção de Patrimônio.
	Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Compras;• Seção de Contratação.
	Coordenadoria de Serviços Gerais	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Transporte;• Seção de Zeladoria.

A **Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos** é responsável pelo processamento das contratações das aquisições de materiais e equipamentos e dos serviços mediante processos licitatórios ou compras diretas (dispensas e inexigibilidades de licitação), bem como atividades correlatas. Para tanto, acompanha e executa os processos desde a fase de coleta de preços, com a finalidade de apurar os preços praticados no mercado, até a fase da contratação em si.

Essa Coordenadoria também apoia a Comissão Permanente de Licitação (CPL) no processamento das licitações realizadas, nas modalidades concorrência, tomada de preço e convite, bem como orienta seus membros sempre quando solicitado.

Importante ressaltar que o Coordenador(a), em contratações diretas, verifica a compatibilidade da solicitação, por meio de manifestação fundamentada, com base nos artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93.

Compete, por fim, à aludida Coordenadoria, apresentar, por informação o orçamento mais vantajoso em contratações diretas; controlar banco de dados contendo informações de fornecedores



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

interessados em trabalhar com o Poder Judiciário; manter atualizado as informações relativas à contratação direta, nos termos do art. 24, incisos I e II da Lei nº 8.666/93; auxiliar a Seção de Contratação e Seção de Compras; acompanhar o cadastro de empresas declaradas inidôneas ou suspensas pelo Poder Público e a relação de empresas sancionadas pelo TJ; auxiliar na coordenação e na elaboração de projeto básico relacionado à sua área de atribuição; gerir os contratos referentes às atividades sob sua responsabilidade; apresentar relatórios periódicos de todos os serviços executados na Coordenadoria; informar ao superior hierárquico qualquer irregularidade relacionada às Seções.

A **Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos** se divide em:

- **Seção de Compras:** que tem a atribuição de realizar a pesquisa de preço de mercado para as aquisições/contratações e Registro de Preços, com a consequente elaboração de planilha com preços referenciais; a instrução e formalização das contratações diretas, seja por dispensa ou inexigibilidade, inclusive locação/aquisição de imóveis, realizando a devida negociação dos valores, quando necessário, com a juntada de toda a documentação das empresas e dos imóveis, bem como o gerenciamento dos contratos e atas de competência da própria Seção.
- **Seção de Contratação:** que compete à elaboração de editais de licitações e as minutas de contratos, aditivos, Atas de Registro de Preços, Chamamentos Públicos e Convênios (exceto relacionados a pessoal); elaboração e publicação no Diário da Justiça e em Jornal de grande circulação de: avisos de licitação, avisos de homologação, avisos de contratação direta (inexigibilidade e dispensa), avisos de anulação/suspensão de licitações, resumos de Contratos/Atas de RP/Aditivos/Convênios/Rescisões; o lançamento das informações de obras e serviços de engenharia no sistema Geo-Obras, do TCE-ES; a alimentação do Portal da Transparência com as informações relativas às licitações concluídas, Atas de Registro de Preços, Chamamentos Públicos e celebração de contratos/convênios/instrumentos congêneres; o gerenciamento do procedimento administrativo relacionado às adesões e caronas à Atas de Registro de Preços; elaboração de relatórios bimestrais acerca de todas as licitações e contratações diretas realizadas; Inserção de penalidades às empresas Contratadas no sistema Compras.net, CEIS da AGU e na Intranet; constante atualização das minutas de Editais conforme recomendações recebidas de: Assessoria Jurídica, CNJ, TCU, TCEES, Governo do Estado, Jurisprudências, etc; apoio aos Pregoeiros e à Comissão Permanente de Licitação; eventual auxílio à Seção de Compras em processos de cotação de preço; atuação através de seus servidores como integrante administrativo em procedimentos de contratação da área de TI; além de outras atribuições.

A **Coordenadoria de Serviços Gerais** possui como atribuições o planejamento, coordenação, controle e supervisão dos projetos e serviços inerentes à área de transporte; a conservação e limpeza das instalações do Poder Judiciário e outros serviços de apoio como mensageria, reprografia, telefonista, chaveiro, carimbos, copa e cozinha, água mineral, visando proporcionar aos servidores, magistrados e jurisdicionados um ambiente adequado, fazendo assim, que seus trabalhos tenham um resultado mais eficaz. Divide-se em:

- Compete à **Seção de Transporte** o controle e supervisão dos projetos inerentes à área; realizar vistorias periódicas em veículos; programar manutenções preventivas; fazer controle diário de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

veículos e motoristas; gerenciar a distribuição da frota e abastecimento dos veículos, dentre outras.

- À **Seção de Zeladoria**, por sua vez, dentre as atribuições previstas na Resolução nº 075/2011 deste Poder, coordena os serviços de limpeza geral das edificações do Poder Judiciário Estadual, incluindo pátio externo, jardim, estacionamento e outros; coordena os serviços de telefonistas; controla a distribuição de chaves; realiza a coleta do lixo; controla a agenda das salas de sessões; zela pela manutenção das dependências das copas; controla a reposição de água mineral; realiza o controle de utilização de copiadoras, nas Centrais de cópias.

A **Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial**, composta pela Seção de Material de Consumo e Seção de Patrimônio, tem como missão assegurar o fornecimento de materiais de consumo e permanentes, necessários ao funcionamento das unidades organizacionais do Poder Judiciário do Espírito Santo, oferecendo condições para a prestação jurisdicional, bem como coordenar e supervisionar a gestão de bens móveis (fornecimentos, movimentações, doações e leilões), visando à efetiva organização e controle. Divide-se em:

- **Seção de Material de Consumo:** compete operacionalizar os procedimentos de abastecimento de material de consumo por meio da realização de compra, recebimento, estocagem e distribuição; receber, conferir, cadastrar, armazenar, distribuir e dar baixa no material de consumo; controlar a reposição do estoque; atender as solicitações formuladas via requisição de material online (e-GAP); realizar visita técnica às Comarcas, quando necessário, para desenvolvimento dos trabalhos; gerir as atas de registro de preços dos bens de consumo; desenvolver demais atividades correlatas.
- **Seção de Patrimônio:** compete manter arquivada documentação dos bens imóveis utilizados pelo Poder Judiciário Estadual, emitindo "Termo de Responsabilidade" aos ocupantes de imóvel utilizado pelo Poder Judiciário Estadual; elaborar projeto básico e/ou termo de referência, bem como gerenciar contrato de aquisição e/ou ata de registro de preços de bens permanentes, exceto equipamentos de informática; controlar solicitação de material permanente integrante de ata de registro de preço; realizar visita técnica às Comarcas, quando necessário, para desenvolvimento dos trabalhos; tramitar os processos de doação e acompanhar os processos de leilão de bens móveis comuns e veículos automotores; desenvolver demais atividades correlatas previstas na Resolução nº 75/2011 deste Poder Judiciário.

6.4.1 AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2022

Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial

FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO - VOLUME DE REQUISIÇÕES ATENDIDAS			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2020	QUANTIDADE 2021	QUANTIDADE 2022



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Atendimento de requisições de materiais de consumo pelo Almoxarifado (e-Gap)	3.898 requisições atendidas	5.107 requisições atendidas	4.867 requisições atendidas
--	-----------------------------	-----------------------------	-----------------------------

FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES - NOVOS BENS INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2020	QUANTIDADE 2021	QUANTIDADE 2022
Bens permanentes fornecidos	3.843 bens	1.103 bens	20.029 bens

Obs.: houve considerável aumento em 2022 em razão do fornecimento de bens de TI novos (computadores, etc).

VOLUME DE MOVIMENTAÇÕES DE BENS PERMANENTES - FORNECIMENTO DE MATERIAIS NOVOS E USADOS, LOGÍSTICA ENTRE SETORES, INVENTÁRIOS PERIÓDICOS E ATUALIZAÇÃO DE CARGA PATRIMONIAL			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 2020	QUANTIDADE 2021	QUANTIDADE 2022
Bens permanentes movimentados	38.563 bens	21.034 bens	79.305 bens

A migração do processo judicial em papel para o processo judicial eletrônico (PJe) está reduzindo o consumo de materiais fornecidos pela CSCP.

Em 2022 foram leiloados diversos bens em desuso e inservíveis, conforme processo descrito abaixo:

- Processo SEI TJES nº 7006664-94.2021.8.08.0000 – Leilão de 3 Veículos Automotores e 1.962 Bens Móveis Comuns.

GESTÃO DE ATAS E CONTRATOS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE CONTRATADA EM 2020	QUANTIDADE CONTRATADA EM 2021	QUANTIDADE CONTRATADA EM 2022
Seção de Material de Consumo	114 atas de RP 7 contratos de fornecimento parcelado de materiais 1 convênio (SEJUS)	112 atas de RP 1 compra pontual 1 convênio (SEJUS)	98 atas de RP 1 compra pontual 1 convênio (SEJUS)
Seção de Patrimônio	62 atas de RP 6 compras pontuais 2 contratos de leiloeiros	42 atas de RP 6 compras pontuais 1 contrato de leiloeiro	50 atas de RP 2 contratos de leiloeiros públicos oficiais



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

	públicos oficiais	público oficial	
TOTAL	192 instrumentos contratuais	163 instrumentos contratuais	152 instrumentos contratuais

COMISSÕES ESPECIAIS DE TRABALHO

- Comissão Permanente de Inventário – Ato nº 319/2021 da Presidência, publicado no e-Diário de 17/09/2021. Presidente da Comissão: Gustavo Gonçalves Biazi;
- Comissão de Avaliação e Alienação de Bens Móveis – Ato nº 435/2018 da Presidência, publicado no e-Diário de 08/10/2018. Presidente da Comissão: Marcos Calasans Silva;
- Comissão de Recebimento Provisório de Bens Doados pelo CNJ ao TJES – Ato nº 257/2021 da Presidência, publicado no e-Diário de 27/07/2021. Presidente da Comissão: Mauro de Souza Tristão.

NORMAS DO PJES UTILIZADAS NO CONTROLE PATRIMONIAL

NORMA	DATA DA PUBLICAÇÃO: RESUMO DO ASSUNTO
Resolução nº 75/2011	e-Diário de 13/12/2011: novas competências dos setores administrativos do TJES.
Resolução nº 20/2018	e-Diário de 28/06/2018: altera os artigos 61, 69 e 111 (bens imóveis) da Resolução nº 75/2011.
Ato Normativo nº 103/2012	e-Diário de 13/09/2012: metodologia de avaliação e reconhecimento de bens inservíveis no PJES.
Ato Normativo nº 70/2018	e-Diário de 05/04/2018: atividades do inventário e movimentação de bens no Patrimônio Online.
Ato Normativo nº 75/2018	e-Diário de 11/04/2018: validação do termo de responsabilidade eletrônico com login e senha.
Ato Normativo nº 163/2018	e-Diário de 08/10/2018: pedido eletrônico de bens permanentes centralizado no Patrimônio Online.
Ato Normativo nº 205/2018	e-Diário de 07/11/2018: depreciação, amortização e metodologia patrimoniais e contábeis do PJES.
Ato Normativo nº 116/2019	e-Diário de 21/08/2019: assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de bem imóvel.
Ato Normativo nº 102/2020	e-Diário de 21/10/2020: responsabilidade sobre a guarda de bens



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

	permanentes em áreas comuns do TJES.
Ato Normativo nº 010/2021	e-Diário de 19/02/2021: assinatura dos termos de responsabilidade pendentes ou bloqueio de pedidos.
Ato Normativo nº 157/2022	e-Diário de 04/10/2022: dispõe sobre o inventário online dos bens móveis permanentes do PJES.
Ato Normativo nº 270/2022	e-Diário de 07/12/2022: altera o artigo 21º do Ato Normativo nº 205/2018 (bens de consumo duráveis).
NP TJES N° 04.01	disponível na intranet: avaliação e baixa de bens móveis.
NP TJES N° 04.02	disponível na intranet: elaboração de inventários periódicos.
NP TJES N° 04.03	disponível na intranet: escrituração, registro e cessão de imóveis utilizados.
NP TJES N° 04.04	disponível na intranet: pagamento de tributos relativos a imóveis utilizados.
NP TJES N° 04.05	disponível na intranet: controle de materiais de consumo.
NP TJES N° 04.06	disponível na intranet: rotinas de gestão dos materiais de patrimônio.

Coordenadoria de Serviços Gerais

FROTA DE VEÍCULOS

A Seção de Transportes contou em 2022 com 65 (sessenta e cinco) veículos próprios, sendo que 03 desses veículos próprios foram leiloados, 03 veículos cedidos pela PMES e 74 (setenta e quatro) veículos pertencentes à empresa terceirizada, que foi contratada, sob o regime de locação, para disponibilizar veículos visando aos deslocamentos dos serventuários da Justiça e de seus colaboradores, bem como para o transporte de materiais e equipamentos destinados às diversas unidades do Poder Judiciário.

O SETOR DE LOGÍSTICA DA SEÇÃO DE TRANSPORTES OPERA TODAS AS MOVIMENTAÇÕES DE CARGAS ENTRE AS UNIDADES DO PJES.

Composição:

Motoristas caminhão – 2

Motoristas ônibus – 2

Ajudantes de carga – 6

Servidores – 0

Estagiárias – 0



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

Metodologia operacional:

Rotas pré-definidas para movimentações regulares (recorrentes) com base nas necessidades de entregas do Almoxarifado, maior movimentador de cargas da estrutura.

As unidades são divididas em regiões geográficas e as rotas são estabelecidas visando à maximização de ganho, com a redução de quilometragem.

Com rotas definidas, a Logística implementou um calendário de atendimento ao longo do ano, o que permite melhor organização para as unidades, além da consolidação de cargas, ou seja, um mesmo veículo entrega e recolhe bens de setores diversos (STI, CSCP, CSG, SECRENGE etc..) em sistema milk run. Dessa forma Logística consegue ordenar a melhor alocação de recursos.

As movimentações da Logística não estão limitadas apenas à interunidades. Responde também pelas movimentações internas e atípicas (entre locações das unidades e dentro das mesmas)

Movimentações Regulares em 2022

Almoxarifado:

Regiões (bens de consumo - Comarcas do Interior):

64 pontos de entrega atendidos em 9 ciclos

Grande Vitória (bens de consumo)

22 pontos de entrega atendidos 44 ciclos

Eficiência (solicitações x entregas) 100%

Patrimônio (Bens permanentes)

Desde o início de 2022, a movimentação de bens permanentes não faz mais parte das atribuições rotineiras da Seção de Logística, uma vez que a Seção de Patrimônio passou a dispor de veículo, motorista e ajudantes próprios.

STI

920 movimentações concluídas de 954 chamados abertos

Eficiência: 96,4%

Engenharia e demais setores

277 movimentações atendidas de 300 chamados

Eficiência: 92,3%

Arquivo Geral:

Coleta de processos para arquivamento e transporte de descarte

10 movimentações atendidas de 10 chamados abertos

Eficiência: 100%

Movimentação para digitalização de processos:

Com o primeiro atendimento ao Processo de Modernização do Poder Judiciário Estadual, em agosto de 2022, até o fim de 2022, foram 82 movimentações de processos atendidas de 82 chamados abertos.

Eficiência: 100%

Obs: Os chamados abertos próximo ao fim do exercício que não foram indicados como atendimentos emergenciais tiveram a sua conclusão programada para os ciclos do exercício seguinte (2023).



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

Mudanças de Fóruns, Setores e Arquivos:

Mimoso do Sul

Movimentação no Arquivo geral da comarca para a nova sede

Mucurici

Atendimento emergencial à Mucurici, com a movimentação dos bens da comarca, devido a chuvas que inviabilizaram o fórum

Fórum Cível de Vitória

Mudança de todo o fórum cível, do centro de Vitória, para a nova sede na Enseada do Suá

Mudança de Setores

Movimentações internas nas comarcas de:

Serra, Guarapari, Marilândia, Viana, Vila Velha, Cachoeiro de Itapemirim, Vitória.

TJES:

Movimentações em gabinetes.

Mudanças de diversos Gabinetes, em virtude de aposentadorias.

Movimentações internas de setores.

Outras demandas pontuais:

Atendimentos com o ônibus Lei Maria da Penha nas comarcas da Grande Vitória e interior, atendimentos com o ônibus Juizado Itinerante em mutirões de diversas comarcas.

MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA EM 2022

CONTRATOS	POSTOS DE TRABALHO CONTRATADOS
Motoristas, Ajudantes e Controladores de Tráfego	115
Limpeza em todo Poder Judiciário	204
Copeiragem	53
Telefonistas	17

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Quantidade de recursos humanos limitada, para atuarem nas mais diversas atividades afetas a esta Coordenadoria, impossibilitando o avanço na execução das metas estipuladas;
- Excesso de procedimentos nos trâmites das normas de procedimentos, provocando, por consequência, a preclusão temporal e a impossibilidade de praticar os atos necessários à conclusão das contratações.
- Falta de especialização e cursos voltados para a área de contratações de serviços terceirizados.

OUTRAS AÇÕES IMPLEMENTADAS

- Reunião de negociação com a empresa CORREIOS para a nova contratação de mensageria, alinhada com a realidade do TJES, tendo em vista que o atual contrato completará 60 meses em 05/02/2023, resultando numa redução significativa do valor da contratação, mas



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

mantendo a mesma qualidade e eficiência dos serviços. O valor antes da revisão levou em consideração a estimativa de reajuste prevista. Foi calculado o mesmo percentual de reajuste de 2022, que foi de 10,40%, sobre o valor mensal do contrato, que é R\$ 616.790,67. Considerando que o valor negociado caiu para R\$ 555.829,70 mensais, **economia esperada é de R\$ 1.501.286,40 em 12 meses.**

- A nova contratação de locação de veículos, vigente desde 11/01/2023, foi desenhada ainda em 2022 com foco também no transporte de cargas, prevendo o quantitativo de 3 vans de carga, o que vai gerar melhores soluções de logística para 2023 e nos anos seguintes.
- Emissão de comunicados mensais, por meio de processos no SEI, às Comarcas visando à orientação e sensibilização do correto uso dos Serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos

No ano de 2022, as atividades realizadas pela **Seção de Compras** de pesquisa de preços de mercado para fins licitatórios, análises de vantajosidade e procedimentos pertinentes para contratação direta, sejam por dispensa ou inexigibilidade de licitação, negociações de locação de imóveis, totalizaram 270 (duzentos e setenta) processos/ expedientes.

A unidade, em razão de ser o primeiro contato direto com o mercado (futuros e pretensos contratados), consegue detectar como o mercado está trabalhando com determinado objeto e, conseqüentemente, orientar e sugerir à unidade demandante melhores formas de contratação.

Vale ressaltar que a Seção de Compras é constantemente demandada no sentido de apoio e orientação para planejamento de contratação de diversas unidades administrativas.

Acrescente-se ainda que a aludida unidade também, sempre que solicitada, auxilia a Seção de Contratação e a Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos, bem como dá o suporte necessário na pesquisa, estudos e elaboração das Normas de Procedimentos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

A seguir, tabela correspondente que demonstra o fluxo de processos e expedientes concluídos na **Seção de Compras** durante o exercício referido:

NORMA	ASSUNTO	QUANTIDADE
NP nº 01.01	Licitação	141
NP nº 01.02	Dispensa e inexigibilidade de licitação (exceto incisos I, II e IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	25
NP nº 01.03	Dispensa de licitação (incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	0
NP nº 01.04	Contratação por registro de preços (execução da ARP)	62
NP nº 01.05	Contratação emergencial (inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	05
NP nº 01.06	Aditivo contratual/Apostilamento	36
NP nº 10.01	Curso Capacitação (Part. de Servidores em Eventos de Capacitação)	01
TOTAL DE PROCESSOS/EXPEDIENTES:		270



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Ainda tramitaram na Seção de Compras, para cotação de preços, processos referentes a ressarcimento de valores a empresas detentoras de contratos de manutenção com reposição de peças. Para estes processos, aplica-se, normalmente, a NP 01.01, por analogia.

Notas:

1. No PJ/ES, as Normas de Procedimentos aplicáveis aos trabalhos da Secretaria de Infraestrutura estão reunidas em **Sistema de Compras, Licitações, Contratos, Convênios (exceto de pessoal) e instrumentos congêneres, disponíveis na intranet (<http://www.tjes.jus.br/publicacoes/normas-de-procedimentos-intranet/>)**;
2. A pesquisa de preços de mercado é realizada em conformidade com a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-73-de-5-de-agosto-de-2020-270711836>), alinhada com entendimento do TCU (Acórdão 2816/2014 e Acórdão 555/2005);
3. O preço estimado, a metodologia utilizada pela Seção para elaboração da Planilha de Preço Referencial (NP 01) com resultados da pesquisa de preços de mercado é a Estatística Descritiva com utilização da distribuição normal da probabilidade para a determinação do campo de arbítrio. O indicador estatístico empregado na validação do *preço referencial* é o *Coefficiente de Variação (CV)*, que exprime a dispersão dos preços utilizados no cálculo, em relação ao seu valor médio. A literatura estatística sugere um CV de até 25%. Assim, se $CV \leq 25\%$ o preço referencial será a *média*. Se $CV > 25\%$, o preço de referência será a *mediana* dos valores apresentados. Assim, alguns itens podem ter seus preços referenciais calculados pela *média* e outros pela *mediana*.
4. As dispensas decorrentes de contratação de cursos/instrutores processadas pela NP 10.01 NP e 09.01 estão contabilizadas na NP 01.02. As contratações processadas pela 09.01 estão contabilizadas na NP 01.01.
5. Outras contratações diretas tramitam pela Coordenadoria, sendo processos oriundos da Escola da Magistratura. Todavia, são instruídos com a tabela de preço referencial da ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados). Dessa forma, a Coordenadora avoca tais processos e os analisa, a fim de evitar mais sobrecarga para a Seção de Compras. No ano de 2022 ,tramitaram 83 (oitenta e três) processos de contratação de palestrantes.

Ademais, importante ressaltar que todos os procedimentos realizados pela Seção de Compras são analisados e validados pela Coordenadoria de Compras Licitação e Contratos.

No ano de 2022, a **Seção de Contratação** realizou diversas atividades relacionadas às suas atribuições, tais como, elaboração de minutas de editais, contratos, convênios, termos aditivos, entre outros.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

Em 2022 o PJES realizou 02 (dois) Leilões de alienação de bens móveis, tendo a Seção de Contratação atuado na elaboração do Contrato do Leiloeiro bem como do Edital de Leilão e demais atos de apoio à CPL e publicação nos meios competentes.

Os servidores da referida Seção ainda atuaram efetivamente em processos de contratações relacionados à área de tecnologia da informação, em atendimento à NP 09.01.

Vale ressaltar que a Seção de Contratação também é constantemente demandada no sentido de apoio e orientação para a realização de contratações de diversas unidades administrativas.

Acrescente-se ainda que aludida unidade também realiza estudos e atualização das Normas de Procedimentos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Ademais, a maior demanda da unidade no ano de 2022 foi a alimentação do Sistema CidadES - Contratação, para atendimento às exigências do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. As atividades desenvolvidas foram:

- Conferência dos dados e verificação de inconsistências para posterior consolidação do arquivo XML para envio ao TCE, com tratamento e envio dos erros ao Secretário de Infraestrutura para posterior cobrança das áreas responsáveis;
- Apoio aos usuários no uso do sistema;
- Acompanhamento direto e diário com a STI, através de Google Chat, Google Spaces, Google Meet, WhatsApp, telefone e outros;
- Acompanhamento constante junto ao site do TCE sobre novas INs, mudanças, implementações e outros;
- Reuniões com gestores de contratos, pregoeiros, CPL e outros;
- Apoio na interpretação da IN e do Diagrama de Entidade e Relacionamento (DER);
- Análise de novas IN quanto às mudanças e impactos no BD, telas, regras de negócio, etc, que já estão desenvolvidos;
- Apoio na priorização das atividades (BackLog do produto);
- Teste das telas do sistema, verificando usabilidade, funcionalidade, regras de negócios e demais informações definidas pelo TCE;
- Acompanhamento de testes com o Time de Negócio.

Atividades incorporadas ao trabalho da Seção de Contratação com a implantação do Sistema Cidades - Contratação:

- Verificação dos dados lançados no Sistema Cidades e devolução do processo para a área demandante em caso de erro;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- Inclusão de Minuta e publicação do edital;
- Inclusão de Proposta ratificada;
- Inclusão de Matriz de responsabilidade;
- Inclusão de Situação do lote.

Atividades incorporadas ao trabalho dos Pregoeiros com a implantação do Sistema Cidades - Contratação:

- Inclusão de Licitantes participantes do pregão;
- Inclusão de Licitantes impedidos (inabilitados e desclassificados) do pregão;
- Inclusão das propostas (lotes) de cada participantes do pregão;
- Inclusão da proposta (itens) de cada lote do participante vencedor do pregão;
- Inclusão do resultado do Pregão;
- Inclusão da Comissão de licitação;
- Inclusão de Cronograma da proposta vencedora do pregão, em caso de obras e serviços de engenharia;
- Inclusão de Ocorrência, caso o pregão tenha algum evento extraordinário (impugnação ao edital, recurso administrativo, medida judicial, etc);
- Inclusão de Matriz de responsabilidade;
- Inclusão de Situação do lote.

A seguir, tabelas e gráficos correspondentes que demonstram o fluxo de processos e expedientes concluídos na Seção de Contratação durante o exercício referido:

ELABORAÇÃO DE MINUTAS	
Editais	130
Contratos	64
Aditivos	93
Chamamentos Públicos	03
Atas de Registro de Preços	114
Convênios	36
TOTAL:	440



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

AVISOS/RESUMOS PUBLICADOS	
Editais (licitações / Chamamentos Públicos)	114
Contratações Diretas	123
Atas de RP	114
Aditivos	92
Contratos	55
Convênios	36
Total:	534

LICITAÇÕES REALIZADAS			
MODALIDADE		QUANTIDADE	NORMA DE PROCEDIMENTO
Pregão	Na forma Eletrônica	108	01.01
	Na forma Presencial	00	01.01
Tomada de Preços		02	01.01
Concorrência		00	01.01

Notas:

1. As licitações na modalidade "Tomada de Preços" foram realizadas pela Comissão Permanente de Licitação, a qual é diretamente vinculada à Presidência;
2. Para a modalidade de pregão eletrônico é utilizado o portal de Compras Governamentais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – www.gov.br/compras/pt-br/.

PENALIDADES APLICADAS	
TIPO DE PENALIDADE	QUANTIDADE DE EMPRESAS PENALIZADAS
Advertência	02
Multa	46
Suspensão temporária	13
Impedimento	02



OUTRAS ATIVIDADES

- Metodologia de distribuição justa e equânime de processo entre os servidores da Seção, com o objetivo de imprimir maior celeridade no desenvolvimento às atividades realizadas pela referida unidade;
- Padronização das minutas dos editais, com sua disponibilização na intranet, visando à agilidade na instrução dos processos de forma a dar maior eficiência e efetividade nas tarefas internas;
- Atualização das Normas de Procedimento, do **Sistema de compras, licitações, contratos, convênios (exceto de pessoal) e instrumentos congêneres**, em conjunto com a Secretaria de Controle Interno e a Coordenadoria de Execução Orçamentária, para adequação ao sistema SEI e otimização dos procedimentos;

6.4.2 AÇÕES A SEREM REALIZADAS

Realização de treinamento para os servidores, **em especial quanto à Nova Lei Federal de Licitações e Contratos, nº 14.133/2021 para todas as unidades administrativas do Poder Judiciário do estado do Espírito Santo;**

Além disso, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, e com vistas a atender às exigências do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, a Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos almeja a implantação de Sistema de Gestão Centralizada dos Procedimentos Licitatórios, de Registro de Preços, do Cadastro de Fornecedores, do Catálogo de Materiais, das Compras Diretas e do Controle de Penalidades aplicadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, com os seguintes objetivos:

- Permitir consulta ao processo de compra informando em que fase do processo licitatório ela se encontra;
- Registrar os processos licitatórios, identificando: número do processo, objeto, a modalidade de licitação e datas do processo;
- Possuir meios de acompanhamento de todo o processo de Licitação, registrando a Habilitação, Proposta Comercial e emitindo Mapa Comparativo de Preços;
- Permitir consulta ao preço praticado nas licitações, por fornecedor, produto/serviço ou número do processo;
- Disponibilizar gráficos de compras por modalidades de licitações e materiais adquiridos e consumidos por período;
- Conter classificação/definição das melhores propostas;
- Conter possibilidade de emissão de relatórios de indicadores de trabalhos resolvidos.

6.5 SECRETARIA JUDICIÁRIA

A Secretaria Judiciária foi criada por meio da Lei Complementar nº 566/2010 – Lei de Reestruturação e Modernização da Estrutura Organizacional Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Referida norma subordinou diretamente à Secretaria Judiciária, Coordenadorias com as respectivas Seções e outras Seções autônomas, conforme se demonstra abaixo:



Organograma:



À Secretaria Judiciária compete dirigir e coordenar os procedimentos relativos à protocolização, informação e distribuição de processos e expedientes, tramitação e sessões de julgamento, além de coordenar, orientar e uniformizar a execução dos serviços administrativo-judiciários dos órgãos subordinados, dentre outras atribuições descritas no art. 49 da Resolução nº 075/2011.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Conta, atualmente, com 02 servidores em suas instalações: a Secretária Judiciária e uma Analista Judiciária – Especialidade Administração; além de duas estagiárias de pós-graduação.

- 1- Gestão dos processos administrativos referentes ao **Vale-Cidadão**, sendo repassados créditos no valor total de **R\$ 43.730,40 (quarenta e três mil, setecentos e trinta reais e quarenta centavos)** às unidades judiciárias solicitantes, equivalente a **10.412** tarifas de ônibus, no exercício de 2022;
- 2- Por determinação da Secretaria Geral, em julho de 2022, passou a gerir os processos administrativos referentes ao pagamento dos vales aos reeducandos advindos do sistema prisional que prestam serviços nos núcleos de digitalização localizados nos Fóruns de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra, totalizando **R\$ 36.115,80** (trinta e seis mil, cento e quinze reais e oitenta centavos) de créditos repassados, o equivalente a **8.599** tarifas de ônibus.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- 3- Gestão dos processos administrativos de pagamento de perícias (diversas de médicas para as quais há convênio com o Estado do Espírito Santo) e traduções em processos com assistência judiciária gratuita deferida, na forma do Parecer da Presidência desta Corte de Justiça e da Ordem de Serviço nº 004/2016. No ano de 2022, recebeu **-217 (cento e noventa e cinco)** processos de perícia/tradução, movimentando aproximadamente **R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais)** em honorários;
- 4- Recebeu e encaminhou para o órgão julgador competente deste Egrégio Tribunal de Justiça **decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, totalizando 2.915 decisões** relativas a recursos interpostos;
- 5- Desenvolveu, em cooperação com a Secretaria de Tecnologia da Informação, projetos e melhorias contínuas de sistemas que alcançaram o jurisdicionado e os servidores do Poder Judiciário, bem como atuou na expansão do PJE em segundo grau, e na virtualização do acervo físico, inclusive ministrando curso de capacitação aos servidores;
- 6- Atendendo ao disposto no Ato nº 04/2016, organizou e publicou a escala de plantão dos Desembargadores e das Secretarias dos Órgãos Julgadores de Segundo Grau.

6.5.1 COORDENADORIA DE PROTOCOLO, REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO.

Esta Coordenadoria possui 02 (duas) unidades diretamente ligadas: a Seção de Protocolo e a de Distribuição de Processos propriamente dita.

a) SEÇÃO DE PROTOCOLO

À Seção de Protocolo compete a protocolização (registro no sistema de gerenciamento de processos de segunda instância) de todos os documentos físicos que tramitam nesta Corte, com a devida inclusão de classe e assunto, em conformidade com as tabelas processuais unificadas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como a vinculação de guias de custas, quando existentes, e o seu respectivo encaminhamento à Unidade destinatária.

Atualmente, a unidade conta com 02 Técnicos Judiciários – AA - sem especialidade. Vaga desde 02 de junho de 2015, a função gratificada de chefia da Seção de Protocolo foi preenchida em 20/07/2022 pela atual administração, o que em muito contribuiu para melhor organização da unidade administrativa e consequentemente melhorando a assistência aos jurisdicionados.

Conforme dados extraídos do sistema de gerenciamento de processos de segunda instância, foram protocolizados no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo: **30.297** petições de juntada, **1.079** petições iniciais, **4.185** expedientes e **169** processos administrativos, totalizando 35.730 documentos.



NÚMERO TOTAL DE DOCUMENTOS PROTOCOLIZADOS			
2019	2020	2021	2022
99.690	46.453 ¹	55.735	35.730

Verifica-se impacto positivo no trabalho da Seção de Protocolo com a continuidade dos processos administrativos eletrônicos que tramitam pelo sistema **SEI** e com a expansão do sistema **PJe Tribunal de Justiça**.

b) DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

A distribuição é realizada por meio dos sistemas informatizados do Egrégio Tribunal de Justiça, sob o comando da Secretaria de Tecnologia da Informação, cabendo aos servidores da Unidade apenas operá-lo.

As atividades iniciam-se com o recebimento das petições iniciais, quando referentes a ações e/ou recursos de competência originária do Tribunal de Justiça, e com os processos que chegam em grau de recurso das Comarcas do Estado, inclusive para os processos eletrônicos que tramitam no PJE.

Atualmente, a distribuição de processos judiciais originários deste egrégio Tribunal de Justiça está rigorosamente em dia, em sua regra, em virtude das medidas adotadas pela administração, tais como a numeração manual das petições iniciais pelas Câmaras, Certidão negativa *online*, Grupo de Trabalho formado para realização de mutirão quando necessário, sistema Pje-Tribunal de Justiça em expansão, além do empenho dos servidores localizados na Unidade.

Uma das dificuldades enfrentadas é a multiplicidade de sistemas informatizados utilizados pelo Poder Judiciário (EJUD, PROJUDI, SIEP, EPROCESS, Segunda Instância e Pje Segundo Grau).

Hoje, o Setor conta com **12 (doze) servidores**, sendo que deste número, apenas **07 (sete) servidores** realizaram atividades iniciais num volume de mais de **2.100 (dois mil e cem)** processos físicos e eletrônicos distribuídos/redistribuídos por mês no exercício passado.

Apenas no ano de 2022, a Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição atuou diretamente em **34.159 (trinta e quatro mil, cento e cinquenta e nove)** processos distribuídos/redistribuídos em segundo grau, entre físicos e eletrônicos, observando-se um crescimento substancial nos processos eletrônicos com a expansão do PJe-2G.

¹ Observa-se um descompasso numérico no ano de 2020 na linha de progressão contínua de redução dos documentos protocolizados, o que se explica diante da suspensão do atendimento presencial neste ano decorrente da pandemia mundial do COVID-19.



	DISTRIBUIÇÕES			
	(dados extraídos do sistema de segunda Instância e PJe-Tribunal)			
	2019	2020	2021	2022
Físicos	33.418	20.334	28.147	4.896
Eletrônicos	27	4.796	8.066	29.263
TOTAL	33.445	25.130	36.213	34.159

6.5.2 COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA

A Coordenadoria de Taquigrafia é o setor responsável por taquigrafar todas as sessões de julgamento e audiências em segundo grau de jurisdição.

A Coordenadoria de Taquigrafia possui um quadro de **39 (trinta e nove) taquígrafas**, mas, conta hoje com apenas **11 (onze)** em atividade naquele local de trabalho – **03 (três) estão à disposição em outros locais e 25 (vinte e três) cargos estão vagos** em face de aposentadorias.

Além das 11 taquígrafas, sendo que uma delas exerce a função de Coordenadora, a unidade conta com 01 (um) Agente Judiciário e 01 (um) analista judiciário – Direito.

Destaca-se, ainda, que com o Ato Normativo nº 092/2015, cessaram-se as designações para a função gratificada de Taquígrafo Revisor.

Durante o exercício de 2022, a Coordenadoria de Taquigrafia executou tarefas em **12.334 (doze mil, trezentos e trinta e quatro)** processos, conforme se observa na tabela abaixo, com lançamentos no sistema de Segunda Instância, e elaborou notas taquigráficas **em 13 Audiências de Processos Administrativos**, além do registro de Partes Administrativas em todas as sessões .

ÓRGÃO JULGADOR	Nº JULGADOS	Nº JULGADOS	TOTAL
	1º SEMESTRE 2022	2º SEMESTRE 2022	EXERCÍCIO 2022
CONSELHO	83	67	150
PLENO	160	102	262
1ª CÍVEL	1.143	517	1660



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

2ª CÍVEL	1.012	491	1503
3ª CÍVEL	1.432	427	1859
4ª CÍVEL	1.569	633	2202
1ª CRIMINAL	1.412	342	1754
2ª CRIMINAL	2.255	427	2682
REUNIDAS CRIMINAIS	95	40	135
1º GRUPO CÍVEIS REUNIDAS	24	30	54
2º GRUPO CÍVEIS REUNIDAS	47	26	73
TOTAL	9.232	3.102	12.334
Audiências PAD	09	04	13

a) SEÇÃO DE PLANTÃO E MANDADOS

Esta Seção está diretamente ligada à área fim deste Órgão, e não possui orçamento próprio.

A Seção de Plantão e Mandados conta hoje com 01 Chefe de Seção e 01 servidora efetiva (TECNICA JUDICIÁRIA–sem especialidade) e coordena as atividades de 08 (oito) Oficiais de Justiça localizados neste Tribunal.

No ano de 2022 (até 30/11/2022), **1.303 (mil, trezentos e três) mandados** foram distribuídos e **2.523 (dois mil, quinhentos e vinte e três) diligências** foram realizadas pelos Oficiais de Justiça em Segundo Grau, além das **341 (trezentos e quarenta e uma) sessões** e **07 (sete) audiências** em que atuaram.

b) SEÇÃO DE CONTADORIA JUDICIAL

Esta seção está diretamente ligada à área fim deste Órgão, sem orçamento próprio. É responsável pelos cálculos das custas judiciais e despesas postais de processos de competência originária deste Tribunal de Justiça, consoante Resolução nº 71/2015.

A Seção funciona hoje com 02 (dois) servidores efetivos, sendo um Analista Judiciário 02–Contabilidade, o qual exerce a função de Chefe da Seção, e 01 Analista Judiciário 01 (com curso técnico em contabilidade).



No exercício de 2022, aproximadamente **6.200 (seis mil e duzentos)** processos passaram por aquele Setor, sendo calculadas custas no montante de **R\$ 487.332,80 (quatrocentos e oitenta e sete mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta centavos)**, conforme quadro a seguir:

SEÇÃO DE CONTADORIA JUDICIARIA				
	2019	2020	2021	2022
Número de Processos que passaram pelo setor	7.488	3.570	6.854	6.145
Valor das Custas Calculadas	R\$ 384.932,74	R\$ 292.343,50	R\$ 606.543,24	R\$ 487.332,80

6.5.3 COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTAL

A Coordenadoria de Gestão da Informação Documental possui em sua estrutura a Seção de Edição e Publicação (Diário da Justiça e Gráfica), a Seção de Arquivo (englobando todos os arquivos do Estado) e a Seção de Biblioteca, além ser o responsável pelo Centro de Memória e o Espaço Cultural do TJES.

No exercício de 2022, algumas atividades se destacaram, quais sejam:

- Participação na Comissão de Gestão da Memória e na Comissão Permanente de Avaliação Documental - CPAD no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.
- Manutenção e Organização do arquivo central do Poder Judiciário Estadual, abrigando as comarcas da Grande Vitória (Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha, Viana) em Jardim Limoeiro, do qual constam aproximadamente 300.000 (trezentas mil) caixas de arquivo.
- Gestão do Sistema Eletrônico - SEI para tramitação dos processos administrativos, dando suporte às áreas de todo o Poder Judiciário Estadual e Corregedoria Geral da Justiça – obrigatoriedade da utilização do sistema declarada através do Ato Normativo nº 29/2019 publicado no e-diário de 01/03/2019, concretizada plenamente em 05/08/2019.
- Publicação de 35 (trinta e cinco) editais de descarte de agravos de instrumento, além de 05 (cinco) editais de eliminação de processos de Juizados Especiais. Ações essas que contribuíram para organização e ajustes de espaços dos arquivos das comarcas e sendo o material descartado encaminhado à reciclagem, sendo a verba revertida para Associação de catadores de lixos e instituições sociais cadastradas.
- Visitas para mapear a situação de gestão documental nos fóruns, orientando as comarcas para gestão dos seus arquivos, utilizando a Resolução nº 56/2015 de descarte de processos, evitando que se aluguem imóveis desnecessariamente, como foi o caso de Fundão e Mimoso do Sul.
- Em continuação ao trabalho de recolher materiais e processos históricos para o acervo do Centro de Memória do Poder Judiciário, conforme orientações do CNJ e do PRONAME



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

(Programa Nacional de Gestão documental e Memória do Poder Judiciário), iniciou-se os trabalhos com os processos históricos da Comarca de Santa Tereza, sendo os processos históricos recebidos pela CGID, em junho, para catalogação e guarda. O acervo do centro de memória do TJES consta hoje com processos históricos da Comarca de Santa Leopoldina, Afonso Claudio, Santa Teresa, Mimoso do Sul e Mucurici. A meta é avançar para todas as comarcas do Estado.

- Retorno, em maio/2022, das atividades do Espaço Cultural do Tribunal de Justiça e das visitas guiadas ao Centro de Memória em parceria com a Assessoria de Cerimonial do TJES, que estavam suspensas desde 2020 devido à pandemia de COVID.
- Coordenação dos trabalhos de digitalização junto ao TJES, nos moldes da Resolução CNJ 420/2021, bem como atua como gestor do contrato firmado com a empresa de digitalização contratada - CETEFE. A digitalização dos processos físicos advindos em grau de recurso de primeiro grau para o Tribunal de Justiça está sendo feita dentro da estrutura da própria Coordenadoria de Gestão da Informação Documental. Tal tarefa se faz primordial dentro do projeto de virtualização de todo o acervo judicial físico do Poder Judiciário Estadual. Em 2022, **39.000** processos foram digitalizados pela CETEFE e **24.354** pelo Núcleo de Digitalização - TJES, totalizando **63.304** processos digitalizados.

6.6 SECRETARIA DE ENGENHARIA, GESTÃO PREDIAL E MAN. DE EQUIPAMENTOS.

A essa Secretaria compete planejar, pesquisar, analisar, fiscalizar, vistoriar e organizar os serviços de obras, reformas e manutenções de edificações e de equipamentos, bem como demais atribuições previstas no art. 59, da Resolução nº. 75/2011.

Esta Secretaria é composta por 3 (três) Coordenadorias, descritas a seguir:

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos	Coordenadoria de Projetos	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Análise e Composição de Custos;• Seção de Desenvolvimento de Projetos.
	Coordenadoria de Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos	
	Coordenadoria de Fiscalização de obras	

6.6.1 – AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2022

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Execução de novos ralos para drenagem de água pluvial da cobertura do TJES.	Eliminar o empoçamento de água em diversas regiões da cobertura para evitar o desgaste precoce da impermeabilização.
Revitalização dos gabinetes do Desº Pedro Valls Feu Rosa e Desembargadora Marianne Judice de Mattos.	Substituição de forro, piso e divisórias nos gabinetes.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Contratação de modernização dos 3 elevadores do prédio do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.	Modernização dos elevadores do Tribunal de Justiça.
Manutenção de extintores de incêndio nos prédios do PJES.	Manter extintores com validade para garantir a segurança do imóvel contra incêndios.
Treinamento da equipe da Coordenadoria de Projetos no software de engenharia BIM.	Treinar a equipe de Projetos no software com sistema BIM - Building Information Modeling.
Obra de construção do Fórum de Alegre.	Construção do novo Fórum.
Reestruturação do Galpão do antigo Almoarifado para instalação do VEPEMA.	Promover espaços adequados para a prestação do serviço jurisdicional, uma vez que o imóvel que funcionava a vara foi interdita por problemas estruturais.
Serviços de reorganização das instalações elétricas dos equipamentos de ar-condicionado na cobertura do TJES.	Reorganização das instalações dos equipamentos de ar-condicionado na cobertura do TJES.
Reforma do Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça.	Promover a adequação no gabinete de maneira que consiga reunir todos os 30 Desembargadores de uma só vez para reuniões.
Substituição de porta de vidro do Fórum de Vila Velha.	Substituição de porta quebrada.
Contratação da reforma da cobertura em policarbonato no Fórum de Cachoeiro de Itapemirim.	Substituir a cobertura que está danificada e reestabelecer a estanqueidade da mesma.

6.6.2 – AÇÕES EM ANDAMENTO

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Execução de modernização dos 3 elevadores do prédio do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.	Modernização dos elevadores do Tribunal de Justiça.
Contratação de projetos para reforço do piso no subsolo do Tribunal de Justiça.	Executar o reforço do piso do subsolo do prédio do Tribunal de Justiça para abrigar áreas administrativas, visto que o projeto inicial prevê apenas garagem.
Contratação de projetos para drenagem da área externa da garagem, para instalação de SPDA (Sistema contra descargas Atmosféricas), projeto estrutural para rampa a ser construída e projetos de reforma interna para promover a acessibilidade na entrada e no interior do Tribunal de Justiça.	Obter projetos e orçamento que subsidiem a contratação da obra de reforma da sede do TJES, visando adequar as instalações do prédio aos itens requeridos pela Prefeitura de Vitória e Corpo de Bombeiros durante sua aprovação nos dois órgãos licenciadores.
Contratação de projetos para reforma do Fórum de Vitória.	Obter projetos e orçamento que subsidiem a contratação da obra de reforma dos prédios do Fórum Cível e Criminal de Vitória e Ed. das Fundações.
Contratação do projeto de Reforço Estrutural do Fórum de Baixo Guandu.	Resolver problema de fundação.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Execução de modernização dos 6 elevadores do prédio do Fórum Criminal e Fórum Cível de Vitória – parceria com o Governo do Estado.	Modernização dos elevadores do Fórum de Vitória.
Revitalização dos gabinetes do Desº Raimundo Siqueira Ribeiro.	Substituição de piso e divisórias no gabinete.
Pintura da fachada do Fórum de Vila Velha.	Manutenção do imóvel.
Obra de acessibilidade no galpão do almoxarifado e estacionamento do setor de Transportes.	Atender exigências da PMV para regularização do imóvel.
Instalação de aparelhos de ar-condicionado para desativar o sistema de climatização central no prédio do TJ.	Desligamento do sistema de climatização central do TJES que está com equipamentos em final de vida útil.
Substituição de vidros quebrados no Fórum de Vila Velha – Boa Vista e na Corregedoria.	Substituição de vidros quebrados.
Contratação de empresa para realizar o teste de estanqueidade na tubulação de gás no prédio da Corregedoria.	Obtenção de alvará do Corpo de Bombeiros.
Execução de novos ralos para drenagem de água pluvial da cobertura do TJES.	Eliminar o empoçamento de água em diversas regiões da cobertura para evitar o desgaste precoce da impermeabilização.
Contratação de empresa para manutenção nas juntas de dilatação do Fórum de Vila Velha – Boa Vista	Reestabelecer as propriedades das juntas de dilatação que estão danificadas.
Contratação da reforma da cobertura dos fossos do TJES.	Substituir a cobertura que está danificada e reestabelecer a estanqueidade da mesma.
Contratação de empresa para construção da Sala de Depoimento Especial do Fórum de Linhares.	Atendimento da demanda de necessidade de criação de sala especializada para depoimento especial na Comarca.
Contratação de empresa para reparo na escada metálica do Fórum de Cariacica.	Recuperação da estrutura metálica da escada que se encontra em estado avançado de corrosão.
Contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva de portões automatizados em diversas edificações do Estado.	Manutenção continuada preventiva e corretiva de portões automatizados.
Reforma da cobertura em policarbonato no Fórum de Cachoeiro de Itapemirim.	Substituir a cobertura que está danificada e reestabelecer a estanqueidade da mesma.
Contratação de empresa para serviços técnicos de engenharia e manutenção, de médio e grande porte, continuado, nas instalações sob a administração do Poder Judiciário.	Manutenção de médio e grande porte das edificações desafogando o contrato atual que foi elaborado para pequenas manutenções.
Contratação de empresa para instalação de sistema de Microgeração de Energia Elétrica a partir da fonte primária solar (ON GRID), para instalação em unidades do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.	Instalação de placas fotovoltaicas para a geração de energia em diversas Comarcas no Estado.



6.6.3 – AÇÕES A SEREM REALIZADAS

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Execução de projetos para reforço do piso no subsolo do Tribunal de Justiça.	Executar o reforço do piso do subsolo do prédio do Tribunal de Justiça para abrigar áreas administrativas, visto que o projeto inicial prevê apenas garagem.
Execução de projetos para drenagem da área externa da garagem, para instalação de SPDA (Sistema contra descargas Atmosféricas), projeto estrutural para rampa a ser construída e projetos de reforma interna para promover a acessibilidade na entrada e no interior do Tribunal de Justiça.	Obter projetos e orçamento que subsidiem a contratação da obra de reforma da sede do TJES, visando adequar as instalações do prédio aos itens requeridos pela Prefeitura de Vitória e Corpo de Bombeiros durante sua aprovação nos dois órgãos licenciadores.
Execução de projetos para reforma do Fórum de Vitória.	Obter projetos e orçamento que subsidiem a contratação da obra de reforma dos prédios do Fórum Cível e Criminal de Vitória e Ed. das Fundações.
Execução do projeto de Reforço Estrutural do Fórum de Baixo Guandu.	Resolver problema de fundação.
Revitalização dos seguintes gabinetes de Desembargadores: Desº Manoel Alves Rabelo, Desº Annibal de Rezende Lima, Desº Fabio Clem de Oliveira, Desº Samuel Meira Brasil Junior, Desº Wallace Pandolpho Kiffer, Desº Jorge do Nascimento Viana, Desº Fernando Estevam Bravin Ruy, Desº Helimar Pinto.	Substituição de piso, forro e divisórias no gabinete.
Mudança de layout da Presidência	Adequação do layout atual incluindo a substituição de piso, forro e divisórias.
Teste de estanqueidade na tubulação de gás no prédio da Corregedoria.	Obtenção de alvará do Corpo de Bombeiros.
Manutenção nas juntas de dilatação do Fórum de Vila Velha – Boa Vista	Reestabelecer as propriedades das juntas de dilatação que estão danificadas.
Reforma da cobertura dos fossos do TJES.	Substituir a cobertura que está danificada e reestabelecer a estanqueidade da mesma.
Obra para construção da Sala de Depoimento Especial do Fórum de Linhares.	Atendimento da demanda de necessidade de criação de sala especializada para depoimento especial na Comarca.
Reparo na escada metálica do Fórum de Cariacica.	Recuperação da estrutura metálica da escada que se encontra em estado avançado de corrosão.
Manutenção preventiva e corretiva de portões automatizados em diversas edificações do Estado.	Manutenção continuada preventiva e corretiva de portões automatizados.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Estudo para construção de nova edificação para atender setores administrativos e varas de Vitória no terreno da Corregedoria.	Devolução de imóveis locados, bem como adequação das áreas para proporcionar melhores condições de trabalho.
Obra de reforço estrutural no Fórum de Baixo Guandu.	Reforço estrutural da fundação.
Contratação de empresa para promover a instalação dos aparelhos para a climatização da Central Multidisciplinar de Vila Velha e do Salão Peno do TJES.	Fórum de Vila Velha – Promover a climatização das salas. Pleno – uma das estratégias para desativação do ar central do TJES.
Contratação de serviços de impermeabilização para caixas d'água e cisternas do Tribunal de Justiça, Fórum de Vitória, Corregedoria e Fórum de Cachoeiro de Itapemirim.	Substituição das impermeabilizações existentes, tendo em vista que as mesmas estão comprometidas.
Contratação do projeto de reforço do muro na lateral do Fórum de São Mateus.	Reparar trinca estrutural no muro.
Manutenção do sistema de combate a incêndio das edificações do Poder Judiciário.	Conseguir a regularização de diversas edificações junto ao Corpo de Bombeiros para obtenção do alvará.
Contratação de empresa para substituição de cobertura em policarbonato e calhas externas no Fórum de Venda Nova do Imigrante.	Substituir a cobertura que está danificada e reestabelecer a estanqueidade da mesma.
Contratação de empresa para substituição de cobertura central do Fórum de Baixo Guandu.	Substituir a cobertura que está danificada e reestabelecer a estanqueidade da mesma.
Contratação de empresa para substituição de cobertura em policarbonato no TJES.	Substituir as coberturas existentes nos 4 fossos de iluminação/ventilação, uma vez que após um temporal com ventos fortes danificaram o material existente e reestabelecer a estanqueidade da mesma.
Contratação do projeto para reforço no talude dos fundos no Fórum de Guarapari.	Construir contenção no talude de terra para conter a erosão do terreno.
Substituição de cobertura em policarbonato no TJES.	Substituir as coberturas existentes nos 4 fossos de iluminação/ventilação, uma vez que após um temporal com ventos fortes danificaram o material existente e reestabelecer a estanqueidade da mesma.
Execução de serviços técnicos de engenharia e manutenção, de médio e grande porte, continuado, nas instalações sob a administração do Poder Judiciário.	Manutenção de médio e grande porte das edificações desafogando o contrato atual que foi elaborado para pequenas manutenções.
Instalação de sistema de Microgeração de Energia Elétrica a partir da fonte primária solar (ON GRID), para instalação em unidades do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.	Instalação de placas fotovoltaicas para a geração de energia em diversas Comarcas no Estado.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Foram desenvolvidos diversos laudos de avaliação. São eles:

LAUDOS DE AVALIAÇÃO	
NOME DA ATIVIDADE	FINALIDADE
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga as Varas de Fazenda do Fórum de Vitória.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga a Secretaria de Tecnologia da Informação e Secretaria de Engenharia.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Fórum de Alfredo Chaves.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Fórum de Guarapari.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o Fórum Cível da Serra.
Laudo de avaliação.	Locação de imóvel para abrigar o arquivo do Fórum de Mimoso do Sul.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Fórum de Guaçuí.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Fórum de Piúma.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Fórum de São Gabriel da Palha.
Laudo de avaliação.	Locação de imóvel para abrigar o arquivo do Fórum de Domingos Martins.
Laudo de avaliação.	Concessão onerosa de uso para caixa eletrônico no Fórum de Guarapari – Banestes.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Fórum de Aracruz.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Fórum de Santa Teresa.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Fórum de Ecoporanga.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Arquivo Geral do PJES.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Fórum de Conceição do Castelo.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga as Varas de Infância e Juventude do Fórum de Vitória.
Laudo de avaliação.	Locação de imóvel para abrigar o Fórum Cível de Vitória.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o 2º Juizado Especial Cível do Fórum de Vitória.
Laudo de avaliação.	Aquisição de imóvel para abrigar setores administrativos do TJES.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o Fórum de Bom Jesus do Norte.
Laudo de avaliação.	Concessão onerosa de uso para caixa eletrônico no Fórum de Vila Velha – Boa Vista – Banestes.
Laudo de avaliação.	Renovação de locação de imóvel que abriga o arquivo do Fórum de Marataízes.

6.7 SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas, unidade administrativa do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, subordinada à Secretaria Geral, tem suas atribuições definidas na forma do art. 91 da Resolução TJ/ES nº 075/2011.

Integram a Secretaria de Gestão de Pessoas: a Coordenadoria de Recursos Humanos, a Coordenadoria de Pagamento de Pessoal e a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde e suas Seções respectivas.

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Gestão de Pessoas.	Coordenadoria de Pagamento de Pessoal	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Análise, Preparação e Conferência de Dados.• Seção de Processamento de Folha de Pagamento.
	Coordenadoria de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Estágio Probatório e Movimento de Servidor.• Seção de Legislação e Benefícios.• Seção de Registro Funcional de Servidor.• Seção de Registro Funcional de Magistrado.• Seção de Seleção e Acompanhamento de Estágio.
	Coordenadoria de Serviços Psicossociais	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Saúde.• Seção de Serviços Psicossociais.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

A Secretaria de Gestão de Pessoas tem como atribuição alinhar a formulação de políticas e diretrizes que englobem todo o ciclo de gestão de pessoas dentro da Instituição desde o ingresso na administração pública até a conclusão da sua vida funcional

Possui como princípio básico realizar uma boa gestão dos elementos que compõem a organização.

Ações são desenvolvidas com o objetivo de colaborar para o crescimento da Instituição e do próprio profissional, visando uma evolução contínua, onde todos contribuem para um ambiente de eficiência e eficácia.

Nesse sentido se tem buscado ampliar conhecimentos, habilidades e atitudes para com os nossos colaboradores, promovendo meios para motivá-los.

As pressões do mundo do trabalho e os avanços científicos e tecnológicos aumentaram as demandas de relações interpessoais saudáveis e colaborativas, pautando-se em equipes com grande diversidade humana.

Manter uma força de trabalho competente e entusiasmada é o maior desafio.

Exercer a gestão de forma a compreender que nossos colaboradores são seres humanos acompanhados de um conteúdo, uma bagagem própria, uma história de vida, com conhecimentos e competências é indispensável para o sucesso da organização.

A Secretaria de Gestão de Pessoas procura aplicar modelos de gestão adequados às oportunidades e desafios.

As Coordenadorias, como unidades integrantes da Secretaria de Gestão de Pessoas tiveram importante papel na coordenação, organização, controle e supervisão dos projetos realizados.

Os anos de 2020 e 2021 foram de grandes desafios e mudanças na área de gestão de pessoas, frente a pandemia do novo coronavírus – COVID 19.

De uma hora para outra nos vimos forçados a adotar o home office, estabelecer novos processos, novas formas de trabalho e readequar rotinas.

Em meio a tantas adaptações e incertezas, vivenciadas pela crise provocada pela pandemia da COVID-19, que desencadeou em medidas de isolamento social para evitar o avanço da doença, foi necessário à área de gestão de pessoas além de manter os colaboradores motivados e os processos correndo na normalidade possível, o desenvolvimento de mecanismos para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores.

A área de gestão de pessoas foi bastante impactada pelas mudanças e aceleração da transformação digital.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

Por mais que algumas pessoas enfatizem alterações substanciais na economia durante a pandemia, as grandes mudanças foram humanas.

Assim, a pandemia fez com que as áreas de recursos humanos tivessem seus processos, procedimentos e métodos, refletidos ou improvisados, o que, invariavelmente toda organização aplicou aos seus colaboradores.

O exercício de 2022 foi um ano de retomada da vida cotidiana a normalidade, no novo modelo após a pandemia.

As mudanças potencializadas pelos fatos e acontecimentos colocaram a administração pública frente à um conjunto de desafios, requisitando das pessoas um esforço adicional de integração, compromisso e tolerância para proporcionar agilidade e efetividade na resolução de problemas, ampliação da capacidade de atendimento e melhoria da comunicação e da qualidade dos encaminhamentos e decisões.

O novo modelo agora presente nas relações de trabalho, o chamado “paradoxo do híbrido” ficará e administração pública se vê diante da execução da gestão pública sob nova forma.

No cenário de pós-pandemia ou “Novo Normal”, a gestão pública eficiente e eficaz, a tecnologia e a inovação precisam estar cada vez mais integradas e convergentes.

6.7.1 – AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2022

A Secretaria de Gestão de Pessoas, juntamente com a Coordenadoria de Pagamento de Pessoal, unidade administrativa responsável pela análise, preparação e conferência de dados que possuem repercussão financeira para servidores, magistrados, juízes leigos, estagiários e PM'S e a Coordenadoria de Recursos Humanos, definiu como prioridade para o ano de 2022 a continuidade da implantação do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo – SIARHES no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

A demanda é de grande necessidade para a área, uma vez que ainda são utilizados sistemas distintos para a gestão de recursos humanos e folha de pagamento. Cada um com plataforma tecnológica diferente tanto com relação ao banco de dados quanto à linguagem de programação.

No ano de 2019 foi firmada parceria com a Prodest e a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos para estender a utilização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo – SIARHES ao Poder Judiciário.

O projeto está sendo executado em 3 fases:

Fase 1 – Implantação da Folha de Pagamento de forma centralizada



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Fase 2 – Recuperação de dados históricos de servidores e descentralização das rotinas de alimentação do SIARHES

Fase 3 – Informatização e automação de processos para gestão de pessoal

A partir de janeiro de 2021 a folha de pagamento passou a ser confeccionada exclusivamente pelo SIARHES, finalizando assim a fase 1 do projeto, no entanto com algumas pendências a serem sanadas pelas partes do convênio.

Ainda no exercício de 2021 deu-se início a fase 2 do projeto que trata da recuperação de dados históricos de servidores e descentralização das rotinas de alimentação do SIARHES.

No exercício de 2022 nos vimos obrigados a definir prioridades com relação ao projeto, considerando o déficit de mão de obra tanto no Poder Judiciário como na Prodest e Seger, órgãos parceiros no projeto.

Assim, a fase 2 foi sobrestada por 6(seis) meses para que a equipe responsável no PJES pudesse providenciar juntamente com Prodest a extração de API para que fosse possível o envio das informações mensais exigidas pelo Conselho Nacional de Justiça .

Com a conclusão da demanda, voltamos aos trabalhos da fase 2(migração de dados históricos) juntamente com os trabalhos de desligamento dos sistemas de Recursos Humanos, ainda utilizados em paralelo pela SGP.

A pretensão é que até meados do exercício de 2023 já estaremos utilizando somente o SIARHES na Secretaria de Gestão de Pessoas.

Demanda importante atendida pela SGP no exercício de 2022 foi o cumprimento da obrigação instituída pelo Decreto nº 8373/14, que trata do envio das informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais pelos órgãos públicos em relação aos seus trabalhadores por meio do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (**eSocial**) .

Os eventos das fases 1 e 2 foram enviados dando início a uma nova prática de gestão.

Ainda no ano de 2022, a Secretaria de Gestão de Pessoas apresentou estudo a egrégia Presidência por meio do qual ponderou a necessidade de realização de Concurso Público para provimento de cargos de servidores e magistrados no Poder Judiciário; o que culminou com a abertura de Concurso Público para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva em cargos de nível superior, conforme Edital nº 1-TJ/ES, de 09 de Janeiro de 2023.

Como já mencionado os anos de 2020 e 2021 foram desafiadores; o que para a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde significou adotar planos de trabalhos que adequassem a necessidade de medidas de prevenção ao contágio, entre elas, o isolamento social para conter a propagação da pandemia do novo coronavírus e os atendimentos aos servidores que eram acompanhados.

O ano de 2022 com o novo modelo de trabalho (“ paradoxo do híbrido”), trouxe uma readequação das práticas aplicadas.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Desta feita, foi necessário aprimorar e adaptar as práticas que já vinham sendo realizadas, principalmente com relação aos atendimentos psicossociais, mantendo-se os atendimentos psicossociais de forma remota (videochamada ou atendimento telefônico/Siga-me), assim como o presencial.

O projeto Roda de Conversa retornou para o modo presencial acontecendo sob demanda, com a realização de 02 (dois) encontros no Fórum de Cariacica como parte do Projeto Florescer e no FASP (Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos/TJES). Já o projeto Ofi-Cine aconteceu de forma híbrida com a realização de 03 encontros. Estes projetos tem como objetivo disponibilizar espaços de diálogo nos quais os servidores trocam experiências, informações e refletem acerca de temas relevantes que afetam suas condições de vida e de trabalho.

A equipe da Coordenadoria trabalhou na elaboração de matérias informativas e educativas contendo orientações, reflexões e atualizações sobre a COVID-19 e outros temas na área de saúde. As matérias foram encaminhadas por e-mail para os magistrados, servidores e estagiários, publicadas em link próprio da Coordenadoria e no site do TJES.

E, ainda na atualização constante e em tempo, baseada nas legislações e orientações federais e estaduais, do Guia Prático da COVID-19 no ambiente de trabalho, disponibilizado no site do PJES, com o objetivo de orientar os magistrados, servidores e estagiários quanto às condutas necessárias em relação à confirmação de casos positivos e de casos suspeitos do coronavírus no ambiente de trabalho. Além disso, a CSPA manteve disponível link para monitoramento de casos para acompanhamento e elaboração de relatórios, objetivando realizar o Monitoramento de Casos da COVID-19 no PJES.

Dentro do Programa de Preparação para a Aposentadoria, foi realizada capacitação junto ao IPAJM sobre as novas regras para aposentadoria para reinício das ações em 2023.

Por fim, um marco importante na área de Saúde e Segurança no trabalho (SST) do PJES foi a Contratação de Empresa Especializada em SST com início das ações de implantação do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional em abril de 2022.

Foram realizadas visitas técnicas em todas as unidades do Poder Judiciário entre os meses de julho, agosto e setembro para elaboração de laudos técnicos preliminares.

Dentro da contratação supracitada, estima-se que no início de 2023 comecem a ser realizados os exames periódicos dos servidores e magistrados, incluindo os exames admissionais; o que é de grande importância para uma melhor gestão e acompanhamento desta Secretaria no que se refere aos recursos humanos em exercício neste Poder Judiciário.



6.7.2 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

FORÇA DE TRABALHO DO PJS	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1. Cargos Efetivos Ocupados (1.1 + 1.2)	2414
1.1. Primeira Instância	1954
1.2. Segunda Instância (considerando o quadro suplementar, exceto os optantes, pois estão considerados no item 4)	460
2. Cargos Comissionados Ocupados (2.1 + 2.2)	748
2.1. Primeira Instância	457
2.2. Segunda Instância	291
3. Servidores Estabilizados (3.1 + 3.2)	20
3.1. Primeira Instância	12
3.2. Segunda Instância	08
4. Optantes do Regime Jurídico Único (4.1 + 4.2)	07
4.1. Primeira Instância	02
5.2. Segunda Instância	05
TOTAL GERAL DE CARGOS OCUPADOS (1 + 2 + 3 + 4):	3.189

CARGOS COMISSIONADOS	QUANTIDADE	%
1. Ocupados (2.1 + 2.2)	748	76,80%
1. Ocupados exclusivamente por comissionados	641	85,70%
2. Ocupados por servidores efetivos	107	14,30%
2. Vagos	226	23,20%
TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS (1 + 2):	974	100%

- Acréscimo de 05(cinco) cargos em comissão em razão da publicação da Lei Complementar nº 1022/2022



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Atualmente existem no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo **974 (novecentos e setenta e quatro)** cargos em comissão (considerando varas instaladas e não instaladas), dos quais **226** (duzentos e vinte e seis) estão vagos e **748** (setecentos e quarenta oito) estão ocupados.

Dos **748**(setecentos e quarenta e oito) cargos comissionados ocupados, 107 (cento e sete) são ocupados por servidores efetivos e **641** (seiscentos e quarenta e um) são ocupados por servidores exclusivamente comissionados.

Do quadro acima se observa que dos 974(novecentos e setenta e quatro) cargos comissionados existentes, apenas 748(setecentos e quarenta e oito) estão providos, isto é 76,80% (setenta e seis vírgula oitenta por cento) de cargos comissionados estão ocupados (referência dezembro/22).

Considerando os cargos comissionados existentes, encontramos a seguinte distribuição: 23,20% estão vagos.

Dos cargos ocupados 14,30% são exercidos por servidores efetivos e 85,70% por servidores exclusivamente comissionados.

REDUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Servidores cedidos	07
Aguardando aposentadoria	395
Afastados para trato de interesses particulares	08
Licenciados para mandado classista	04

AUMENTO DA FORÇA DE TRABALHO	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Servidores requisitados para atuarem na 2ª Instância	07
Servidores requisitados para atuarem na 1ª Instância	58

MAGISTRADOS	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Desembargadores	30
Juizes de Direito	257
Juizes Substitutos	17



ESTAGIÁRIOS	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Estagiários de graduação	1728
Estagiários de pós- graduação	274

MAGISTRADOS E SERVIDORES INATIVOS	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Magistrados Inativos	134
Servidores Inativos	1090

* considera-se servidor e magistrado inativo aquele afastado aguardando a publicação da portaria de aposentadoria pelo órgão de Previdência, bem como o efetivamente aposentado pelo IPAJM com aposentadoria registrada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Ressalte-se que os dados acima descritos foram extraídos no dia 30/01/2023, com data de corte 31/12/2022.

6.8 SECRETARIA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária é o órgão financeiro central do Poder Judiciário, o qual se incumbe das atribuições definidas nos artigos 105 a 112 da Resolução nº 75/2011, dentre elas:

- Organização, direção e controle das funções financeiras;
- A administração financeira, abrangendo os sistemas de gestão orçamentária, financeira e de contabilidade;
- Controle de recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário;
- Assegurar a efetividade do controle dos fatos contábeis do Tribunal.

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	Coordenadoria de Contabilidade	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Escrituração, Análise Contábil e Análise Patrimonial;• Seção de Tomadas e Prestação de Contas.
	Coordenadoria de Execução Orçamentária e	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Empenho e Escrituração da Despesa;



	Financeira	<ul style="list-style-type: none">• Seção de Tesouraria;• Seção de Controle de Contratos e Convênios.
--	------------	--

PROJETOS:

Contratação de licenças de uso de software, para Gestão das Contratações e Convênios dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo - PJES, bem como o controle da sua execução, incluindo treinamento, atualizações e suporte.

6.8.1 - AÇÕES REALIZADAS EM 2022:

- Início da elaboração de Normas de Procedimentos de acordo com o novo fluxo de documentos após implantação do SEI;
- Elaboração de relatórios para alimentar o Portal Transparência (Contratos pagos, Dispensas e Inexigibilidades e Diárias Pagas);
- Início do encaminhamento das informações sobre retenções de INSS à Receita Federal do Brasil através da EFD-Reinf;
- Início do encaminhamento das informações referentes às contratações do Poder Judiciário através do CidadES – Contratação do TCEES;
- Publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira no Portal Transparência conforme Resolução do Conselho Nacional de Justiça;
- Orientação às áreas administrativas visando à preparação de relatórios gerenciais relativos à execução orçamentária e financeira e à gestão patrimonial do Tribunal;
- Elaboração trimestral do relatório gerencial Foco em Resultado ao Secretário Geral visando subsidiar decisões relativas à utilização de recursos financeiros previstos e à disponibilidade de caixa;
- Acompanhamento da disponibilidade financeira com a consequente programação de desembolso;
- Elaboração dos relatórios anuais da execução orçamentária, financeira e patrimonial e sua publicação;
- Controle dos contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres, relativos ao Tribunal;
- Repasse financeiro do Aporte Previdenciário ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo;
- Validação de documentos assinados digitalmente, em virtude de impossibilidade atual de assinatura de pessoas externas diretamente no SEI;
- Estudo das retenções tributárias a serem efetuadas nos pagamentos do PJES, para auxílio aos gestores dos contratos, bem como, elaboração de pareceres para o devido enquadramento tributário, com auxílio da ferramenta contratada;
- Alteração dos procedimentos de contabilização das folhas de pagamento (Servidores e Magistrados) e sua divisão em Regime Próprio e Regime Geral;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- Levantamento e orientação aos gestores de contrato quanto aos procedimentos a serem adotados no que tange aos Restos a Pagar;
- Levantamento e estudo das legislações relativas ao ISS junto ao Executivo Municipal;
- Auxílio no levantamento de informações ante a alteração do sistema operacional da Folha de Pagamento;
- Levantamento dos processos de multa em aberto;
- Confeccção de Reservas, Empenhos, Liquidações, Ordens Bancárias, Cálculos de Reajustes, Repactuação, Análise de processos de pagamento, etc...;
- Orientação aos gestores de contrato;
- Elaboração de Notas Técnicas Internas detalhando os procedimentos afetos a essa unidade;
- Elaboração e Publicação diária das receitas orçamentárias de todas as Unidades Gestoras do PJES;
- Recolhimento e registro contábil das receitas da Dívida Ativa e Leilões;
- Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas com cartão alimentação;
- Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas com Suprimento de Fundos;
- Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas e receitas com Penas Pecuniárias;
- Elaboração e Publicação mensal dos relatórios referentes aos repasses e retenções previdenciárias efetuadas nas folhas de pagamento de Servidores e Magistrados;
- Adequação e redução do valor da proposta orçamentária e das concessões às reais necessidades das unidades do Poder Judiciário, efetivando-se a integração entre o planejamento das unidades e o orçamento do Poder Judiciário;
- Adequação às normas vigentes para elaboração e publicação do Relatório de Gestão Fiscal;
- Orientação e acompanhamento aos servidores responsáveis pela utilização do Cartão alimentação para as solicitações e prestações de contas através do SEI - Sistema Eletrônico de Informações;
- Orientação e acompanhamento aos servidores responsáveis pela aplicação da verba destinada a Suprimento de Fundos para as solicitações e prestações de contas através do SEI - Sistema Eletrônico de Informações;
- Orientação e acompanhamento junto às Comarcas/Secretarias para as solicitações e prestações de contas do suprimento de fundos e cartão alimentação através do SEI - Sistema Eletrônico de Informações;
- Acompanhamento e o controle da arrecadação das receitas judiciais e extrajudiciais;
- Orientação e acompanhamento junto aos advogados e partes interessadas para as solicitações de restituições de valores pagos indevidamente;
- Adequação às normas vigentes para elaboração e envio da Prestação de Contas Anual;
- Elaboração e envio das Prestações de Contas Mensais das Unidades Gestoras do Poder Judiciário do Espírito Santo;
- Elaboração e envio mensal das informações das "Despesas de Exercícios Anteriores" (DEA) e das "Despesas com Pessoal não Executada Orçamentariamente", relativas ao período de 12 meses, para fins de apuração do cálculo da despesa total com pessoal;
- Estudos visando os registros contábeis dos pagamentos de precatórios através de Alvarás Eletrônicos.
- Análise para disponibilização do relatório das receitas em tempo real no portal transparência;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

- Análise e elaboração de respostas sobre os questionamentos relativos a questões contábeis e/ou financeiras efetuados pelos órgãos de Controles Interno e Externos;
- Elaboração dos relatórios anuais de encerramento de exercício da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

6.9 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

6.9.1 - AÇÕES REALIZADAS EM 2022:

1. Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe)

Expansão para Competência Cível nas Unidades de Vara Única remanescentes:

- Dores do Rio Preto, Jaguaré, Muqui, Pedro Canário, Rio Bananal - Ato Normativo N° 119/2021
 - Entrega: Janeiro de 2022.
 - Status: 100% Concluído
- Alto Rio Novo, Apiacá, Atílio Vivacqua, Boa Esperança, Bom Jesus do Norte, Conceição do Castelo, Fundão, Ibitirama, Itarana, Jerônimo Monteiro, Laranja da Terra, Marilândia, Mucurici, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, Santa Leopoldina, São Domingos do Norte e Vargem Alta - Ato Normativo N° 49/2022 - e Água Doce do Norte - Ato Normativo N° 65/2022.
 - Entrega: Junho de 2022.
 - Status: 100% Concluído

Expansão do PJe no 2º Grau do Poder Judiciário.

- Distribuição das Principais Classes Criminais Isoladas (sem revisor):
 - Entrega: Janeiro/2022.
 - Status: 100% Concluído.
- Distribuição das Principais Classes Criminais Isoladas (com revisor):
 - Entrega: Fevereiro/2022.
 - Status: 100% Concluído.
- Distribuição das Principais Classes Cíveis e Criminais Reunidas:
 - Entrega: Fevereiro de 2022.
 - Status: 100% Concluído.
- Distribuição das Principais Classes do Tribunal Pleno:
 - Entrega: Março de 2022.
 - Status: 100% Concluído.
- Realização da Sessão Integral nas Câmaras Reunidas e Tribunal Pleno:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

- Entrega: Abril de 2022.
- Status: 100% Concluído.

Atualização e adequação do sistema PJe para a Versão 2.2.0.3 e adesão à PDPJ-Br.

- Entrega: Junho de 2022.
- Status: 100% Concluído.

Implantação do PJe Criminal

- Implantação na comarca piloto de Mucurici:
 - Entrega: Agosto de 2022.
 - Status: 100% Concluído.
- Implantação na comarca piloto de Apiacá:
 - Entrega: Novembro de 2022.
 - Status: 100% Concluído.

Expansão do PJe no 2º Grau do Poder Judiciário.

- Implantação da “Ação Rescisória” nas Câmaras Cíveis Isoladas, nas Câmaras Criminais Isoladas (seção infracional) e no Tribunal Pleno:
 - Entrega: Agosto de 2022.
 - Status: 100% Concluído.
- Implantação da “Apelação/Remessa Necessária” e da “Apelação Cível” nas Câmaras Cíveis Isoladas (Infância e Juventude - Seção Cível) e nas Câmaras Criminais Isoladas (Infância e Juventude - Seção Infracional):
 - Entrega: Agosto de 2022.
 - Status: 100% Concluído.

Migração da infraestrutura do PJe para a Nuvem do CNJ.

- Entrega: Dezembro de 2022.
- Status: 100% Concluído.

2. Aquisição de Computadores e Notebooks:

Dando continuidade à atualização do parque tecnológico do PJES, com o objetivo de melhorar a prestação dos serviços jurisdicionais, houve a realização de uma Nova Ata de Registro de Preços para aquisição de Microcomputadores tipo Desktop, com garantia de 5 anos.

Na primeira etapa, foram entregues e instalados 2.294 desktops tipo 1, 90 desktops tipo 2, 14 desktops tipo 3 e 400 notebooks. Na segunda etapa, de um total previsto de 4000 desktops tipo 1, foram distribuídos 821 equipamentos, dos quais 641 já estão instalados. Em 2023, serão distribuídos e instalados 3.179 desktops tipo 1.



3. Contratação de Outsourcing de Impressão:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços caracterizados como “outsourcing de impressão e de digitalização”, aumentando a disponibilidade e qualidade dos equipamentos para impressão e digitalização de documentos. A implantação foi concluída em Dezembro/2022.

4. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços gerenciados de computação em nuvem

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços gerenciados de computação em nuvem, visando prover os recursos de infraestrutura com condições mínimas de segurança, confiabilidade, integridade e disponibilidade dos dados, a fim de manter em pleno funcionamento os sistemas e serviços de TIC do PJES, bem como absorver, ainda, o inevitável crescimento dos acessos aos sistemas mantidos e suportados pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

5. Contratação de Assessoria para estudo da estrutura organizacional:

Contratação de serviço técnico especializado para reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração da STI, reformulação do Organograma, devidamente fundamentado e em consonância à legislação vigente e resoluções dos órgãos de controle. A empresa já iniciou os estudos e entrevistas que fundamentam a elaboração do projeto de reestruturação.

6. Balcão Virtual:

O Balcão Virtual é um serviço de atendimento online das Unidades Judiciárias do PJES. O cidadão será atendido por videoconferência, sem agendamento prévio, durante o horário de atendimento ao público. <http://www.tjes.jus.br/servicos/balcao-virtual/>

7. Projeto EFD-Reinf:

Contratação de licenças de uso de software para Gestão das Contratações e Convênios deste Poder Judiciário, bem como o controle da sua execução, incluindo treinamento, manutenções, atualizações e suporte, visando uma única entrada de dados, tratamento e disponibilização conforme exigências do TCE-ES, do CNJ e da RFB.

O Estudo Técnico Preliminar foi consolidado entre a STI e demais áreas envolvidas. O processo segue tramitando para as demais etapas que compõem o processo licitatório.

8. Solução de gravação de audiência:

Aquisição de solução para gravação audiovisual de audiências, sessões de julgamento e eventos, gestão audiovisual e de texto, armazenamento, gerenciamento e disponibilização destas informações por meio digital e textual para consulta, incluindo tanto o fornecimento de hardware e software quanto os serviços necessários para o seu funcionamento, como instalação, configuração, customização, manutenção, suporte e capacitação dos servidores que irão, direta ou indiretamente, utilizar a solução.



Foram instaladas 320 Salas de Audiência no 1º Grau, 13 Salas de Depoimento Especial, Salão Pleno e Salas de Sessão no 2º Grau. A Implantação do Sistema de Gravação de Audiência Tipo II - 2º grau está prevista para Julho/2023.

9. CidadES Contratação:

Visando atender a instrução normativa TC 43/2017, o projeto tem como objetivo enviar informações ao TCE-ES de forma estruturada, consistente e confiável referentes às licitações, contratos e contratações em geral, contribuindo para um maior controle dos processos e transparência. A implantação foi concluída em Junho/2022.

10. Projeto Fase II SIARHES - Migração de Dados Históricos:

Houve interrupção deste projeto em nov/20 para início do projeto de relatório do CNJ. Em out/21 o projeto foi retomado. Interrompido novamente em out/22 pela priorização da SGP no Desenvolvimento dos Relatórios para o Portal da Transparência e CNJ e Desligamento de Sistemas Antigos.

11. Desenvolvimento dos Relatórios para o Portal da Transparência e CNJ:

Adequação dos relatórios enviados aos órgãos de controle e disponibilizados no sítio do TJES, de modo que considere as informações cadastradas no novo sistema de gestão de recursos humanos, SIARHES. A API foi fornecida pela PRODEST/SEGER.

12. Implantação do Sistema Codex:

Início da implantação do sistema Codex, que tem duas funções principais: alimentar o DataJud de forma automatizada e transformar, em texto puro, decisões e petições, a fim de ser utilizado como insumo de modelo de Inteligência Artificial (IA). A implantação foi concluída em Junho/2022.

13. Atualização do Assyst e implantação do ITOM:

Atualização de versão do software de gerenciamento de chamados e implantação de software de gerenciamento de ativos.

O projeto encontra-se na etapa de correção de problemas conhecidos e melhorias no ITOM, software para gerenciamento de todo o parque do PJES integrado ao Assyst.

14. Melhorias nos links de comunicação de dados:

A revisão do modelo de prestação dos serviços de Links de Dados culminou na realização de nova contratação e assinatura de novo contrato, gerando uma economia de aproximadamente 1,02 milhões por ano, cerca de 56%. Nesta nova contratação ocorrerá não somente o aumento da velocidade de internet, mas, também, o upgrade dos links das Comarcas, ampliando em até 4 vezes a capacidade de comunicação de dados entre as unidades do PJES, passando de 4Mb para 16Mb. A implantação foi concluída em Setembro/2022.

15. Intimação Eletrônica no PJES:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

Realizada a contratação de Telefonia Móvel, contemplando todas as unidades judiciárias, para possibilitar a Intimação Eletrônica em todo PJeS. Em Setembro/2022, foi concluída a entrega de todos os aparelhos celulares.

16. Contratação de serviço para emissão de certificado digital:

Contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, para eventual aquisição de serviços de emissão de certificados digitais, para equipamentos, magistrados e servidores, conforme descrição dos itens que compõem o objeto.

17. Implantação da Central de Presídios e de Mandados Compartilhada (Ato Normativo Conjunto nº 011/2022)

Atendimento à determinação da expansão do serviço de compartilhamento das Centrais de Distribuição, cumprimento e devolução de mandados em todos os Juízos das Comarcas do Estado do Espírito Santo abrangendo, inclusive, a Central de Presídios, prevista na Resolução nº 36/2013. A implantação foi concluída em Maio/2022.

18. Pesquisa de Satisfação dos Usuários:

Durante o ano de 2022, segundo o relatório de avaliação de pesquisa de satisfação da Central de Serviços, aproximadamente 80,3% dos usuários avaliaram como Bom ou Ótimo o atendimento prestado, e 77,0% classificaram como Bom ou Ótimo o prazo e a precisão da resolução, num universo de 72.788 chamados abertos.

DEMAIS CONTRATAÇÕES CONCLUÍDAS:

Contratação de Serviço de Manutenção de Ativos

Contratação de Suporte para os produtos NetIQ/Microfocus - Novell

Aquisição de equipamentos diversos (filtro de linha, Leitor/Gravador Externo DVD/CD, Nobreak)

Aquisição de Material para diagnóstico e manutenção corretiva de equipamentos e da infraestrutura de TIC.

OUTRAS AÇÕES DE 2022:

Projeto Pitch GOV.ES.

Projeto SIARHES – Sistemas Legados (eCrachá, Declarações de Bens, Escala de férias, Frequência ...) - Adequações.

Projeto SEP 14 - Sistema de antivírus.

Projeto Migração PJe - Nuvem

Projeto Integrações PJe

Projeto BNP (Banco Nacional de Precedentes)



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

Projeto Cadastro de Peritos e de Administradores Judiciais
Projeto Selo Digital: implantação do Console, Portal e Consulta Pública
Projeto Central De Réu Preso
Projeto LUP - Lista Unificada De Precatórios
Consulta Pública do Art. 12
Adequação do Sistema de Precatório
Contratação de Telefonia VoIP
Contratação de Ferramenta de Reconhecimento e engajamento de colaboradores
Contratação de Assessoria para estudo da estrutura organizacional
Contratação de serviços gerenciados de computação em nuvem.
Contratação Ferramenta de Conciliação e Mediação NUPEMEC.
Contratação do Suporte Novell.
Contratação de Manutenção de Ativos de TIC.
Contratação de material para diagnóstico e manutenção corretiva de equipamentos e da infraestrutura de TIC.
Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção das Centrais Telefônicas
Aquisição de Equipamentos Diversos (webcam, headset, telefone)
Aquisição de filtros de linha e leitores de mídia

6.9.2 AÇÕES A SEREM REALIZADAS:

Reestruturação da Secretaria de Tecnologia da Informação.
Migração do Datacenter para a nuvem.
Renovação do parque tecnológico - desktops.
Plano de Trabalho da Entic-Jud.
Plano de Transformação Digital.
Plano de Contratações.
Plano de Trabalho PDPJ.
Plano de Capacitação 2022-2023.

7. PROCESSOS - QUANTITATIVO DE CASOS NOVOS, SENTENÇAS E BAIXAS

No exercício de 2022, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo recebeu 300.034 casos novos, o que representa um aumento de 8,20% no número de casos novos quando comparado com o exercício de 2021, conforme demonstrado na tabela abaixo:



Quantidade de Casos Novos

Fase Processual	Ano		Percentual por Ano		Variação (2022/2021)
	2021	2022	2021	2022	
Conhecimento	228.361	244.059	82,35%	81,34%	6,87%
Execução	48.928	55.975	17,65%	18,66%	14,40%
Total	277.289	300.034	100,00%	100,00%	8,20%

Fonte de dados: Módulo de Produtividade Mensal CNJ/ PJES

A quantidade de sentenças proferidas no exercício de 2022 foi de 268.420, representando um aumento 3,37% quando comparado com o exercício de 2021, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Quantidade de Sentenças

Fase Processual	Ano		Percentual por Ano		Variação (2022/2021)
	2021	2022	2021	2022	
Conhecimento	222.679	229.212	85,76%	85,39%	2,93%
Execução	36.981	39.208	14,24%	14,61%	6,02%
Total	259.660	268.420	100,00%	100,00%	3,37%

Fonte de dados: Módulo de Produtividade Mensal CNJ/ PJES

No exercício de 2022, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo teve um total de 388.838 processos baixados, o que representa uma redução de 4,79% no número de processos baixados quando comparado com o exercício de 2021, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Quantidade de Processos Baixados

Fase Processual	Ano		Percentual por Ano		Variação (2022/2021)
	2021	2022	2021	2022	
Conhecimento	350.885	332.009	135,13%	123,69%	-5,38%
Execução	57.499	56.829	22,14%	21,17%	-1,17%
Total	408.384	388.838	157,28%	144,86%	-4,79%

Fonte de dados: Módulo de Produtividade Mensal CNJ/ PJES



8. GESTÃO DOS PRECATÓRIOS NO EXERCÍCIO DE 2022

Considerando o fim do exercício de 2022, a Assessoria de Precatórios elaborou relatório com os principais dados referentes à Gestão de Precatórios, conforme informações que seguem:

I- RELAÇÃO DOS ENTES QUE ESTÃO SUBMETIDOS AO REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS:

PLANO ANUAL DE PAGAMENTO 2023- REGIME ESPECIAL						
ENTES DEVEDORES	ACERVO 2023	PERCENTUAL COMPROMETIMENTO RECEITA (RCL)	VALOR ANUAL A SER DEPOSITADO 2023	PARCELA 2023	MESES PARA QUITAR	PREVISÃO SAÍDA DO REGIME ESPECIAL
ALTO RIO NOVO	R\$ 2.544.239,25	3,47%	R\$ 1.068.196,87	R\$ 89.016,41	29	31/05/2025
CARIACICA	R\$ 2.106.938,37	1,18%	R\$ 10.660.461,14	R\$ 888.371,76	2	28/02/2023
GUARAPARI	R\$ 28.169.220,49	2,29%	R\$ 9.434.981,47	R\$ 786.248,46	36	30/11/2025
MUQUI	R\$ 2.665.891,17	2,29%	R\$ 1.123.810,36	R\$ 93.650,86	28	31/05/2025
VIANA	R\$ 12.739.761,04	1,00%	R\$ 2.965.290,00	R\$ 247.107,50	48	31/12/2026
VILA VELHA	R\$ 30.708.476,74	3,25%	R\$ 43.118.770,29	R\$ 3.593.230,86	9	30/09/2023

II - RELAÇÃO DOS ENTES SUBMETIDOS AO REGIME COMUM DE PAGAMENTO, CONFORME ART.100 DA CF/88, ESTÁ DISPONIBILIZADA NO ENDEREÇO ELETRÔNICO:

<http://www.tjes.jus.br/precatórios-2/gestao/regime-juridico-dos-entes-publicos/>

OBS: Os acervos das entidades devedoras podem ser consultados através do link abaixo:

<http://www.tjes.jus.br/precatórios-2/consultas/listas-de-precatórios/>

III – PAGAMENTOS REALIZADOS:

A relação dos pagamentos de precatórios realizados no exercício de 2022 pode ser consultada no endereço eletrônico da página de precatórios:

<http://www.tjes.jus.br/precatórios-2/consultas/precatórios-liquidados-por-ente-publico/>

Apenas para ilustrar, em 2022 a Assessoria de Precatórios realizou o pagamento de 1451 precatórios, totalizando o valor de **R\$ 225.965.837,53** (duzentos e vinte e cinco milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta e três centavos) liberados aos credores.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Para 2023, foi previsto o pagamento de mais de 1000 precatórios, que totalizam o valor de **R\$ 128.661.417,99** (cento e vinte e oito milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quatrocentos e dezessete reais e noventa e nove centavos) que serão liberados aos seus beneficiários.

A Assessoria de Precatórios informa que vêm cumprindo rigorosamente o preceituado na legislação vigente, exigindo dos entes públicos os repasses financeiros estipulados, conforme o Regime de pagamento em que cada ente está submetido, com o objetivo de liquidação dos precatórios inscritos em seu acervo.

9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório de Gestão buscou abordar os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, permitindo à Corte de Contas Estadual e à população em geral obter informações úteis e relevantes que possibilitem a avaliação, de forma ampla, da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados, evidenciando os resultados dos programas desenvolvidos no âmbito deste egrégio Tribunal de Justiça.



Relação de Planos de Ação Alinhamento Operacional

Organização: TJES

Data: 27/01/2023

Modelo: Planejamento Estratégico 2021-2026

Página: 1

Planejamento Estratégico 2021-2026

2 Secretaria Geral

- 2.1 Coordenar a implementação da Política de Governança das Contratações Públicas, alinhadas com o Plano de Logística Sustentável no PJES
- 2.2 Secretaria Judiciária
 - 2.2.3 Coordenadoria de Gestão da Informação Documental
 - 2.2.3.4 Gestão Documental
- 2.3 Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos
 - 2.3.4 Adequar as unidades do Poder Judiciário
 - 2.3.4.1 Atualizar Plano de Obra
 - 2.3.4.2 Construção do Fórum de Alegre
 - 2.3.4.3 Reforma de edificações com a implantação de itens de acessibilidade
- 2.4 Secretaria de Infraestrutura
 - 2.4.1 Coordenadoria de Suprimentos e Controle Patrimonial
 - 2.4.1.3 Inventário anual "online" dos bens móveis permanentes
 - 2.4.3 Coordenadoria de Serviços Gerais
 - 2.4.3.3 Contratação de serviços de mensageria
 - 2.4.3.4 Contratação dos serviços de locação de veículos
- 2.5 Secretaria de Tecnologia da Informação
 - 2.5.3 Implantar Gestão de Demanda
 - 2.5.4 Elaborar Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021-2026
 - 2.5.5 Acompanhar Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2022
 - 2.5.6 Reestruturar a STI - Recursos Humanos e Estrutura Organizacional
 - 2.5.7 Elaborar Plano de Trabalho para atendimento à ENTIC-JUD (2021-2026)
 - 2.5.8 Acompanhar Plano de Trabalho para atendimento à ENTIC-JUD 2022
 - 2.5.9 Implantar o DataJud em colaboração com o CNJ
 - 2.5.11 NUGEP - IRDR e IAC [BNDR]
 - 2.5.12 Projeto CidadES Contratação
 - 2.5.13 Desenvolvimento e integração ao DJEN (eDiário)



Relação de Planos de Ação Alinhamento Operacional

Organização: TJES

Data: 27/01/2023

Modelo: Planejamento Estratégico 2021-2026

Página: 2

Secretaria Geral	Secretaria de Tecnologia da Informação	  	2.5.14	Elaborar Plano de Trabalho para atendimento à ENTIC-JUD (2021-2026)
		  	2.5.15	Acompanhar Plano de Trabalho para atendimento à ENTIC-JUD 2022
		  	2.5.16	Reestruturar a STI - Recursos Humanos e Estrutura Organizacional
		  	2.5.17	Formalização do Processo de Catálogo de Serviços
		  	2.5.18	Formalização do Processo de Gestão do Conhecimento
		  	2.5.19	Formalização do Processo de Cumprimento de Requisição
		  	2.5.20	Formalização do Processo de Tratamento de Incidentes
		  	2.5.21	Reestruturar a STI - Recursos Humanos e Estrutura Organizacional
		  	2.5.22	Reestruturar a STI - Recursos Humanos e Estrutura Organizacional
		  	2.5.23	Institucionalização do Plantão STI
		  	2.5.24	Implantar e gerenciar o atendimento à LGPD
		  	2.5.25	Aprimorar a segurança da informação
		  	2.5.26	Reestruturar a STI - Recursos Humanos e Estrutura Organizacional
		  	2.5.27	Implantar e gerenciar o atendimento à LGPD
		  	2.5.28	Reestruturar a STI - Recursos Humanos e Estrutura Organizacional
		  	2.5.29	Elaborar o Plano de Contratações 2021
		  	2.5.30	Executar o Plano de Contratações 2021
		  	2.5.31	Elaborar o Plano de Contratações 2022
		  	2.5.32	Executar o Plano de Contratações 2022
		  	2.5.33	Reestruturar a STI - Recursos Humanos e Estrutura Organizacional
		  	2.5.34	Reestruturar a STI - Recursos Humanos e Estrutura Organizacional
		  	2.5.35	PITCH.gov.es
		  	2.5.36	Reestruturar a STI - Recursos Humanos e Estrutura Organizacional
		  	2.5.37	Telefonia Móvel - Intimação Eletrônica no PJES
		  	2.5.38	Suite de Colaboração - Google Workspace
		  	2.5.39	Material para diagnóstico e manutenção corretiva de equipamentos e da infraestrutura de TIC
		  	2.5.40	Serviço de Outsourcing de Impressão
			2.5.41	Expandir o serviço de Service Desk



Relação de Planos de Ação Alinhamento Operacional

Organização: TJES

Data: 27/01/2023

Modelo: Planejamento Estratégico 2021-2026

Página: 3





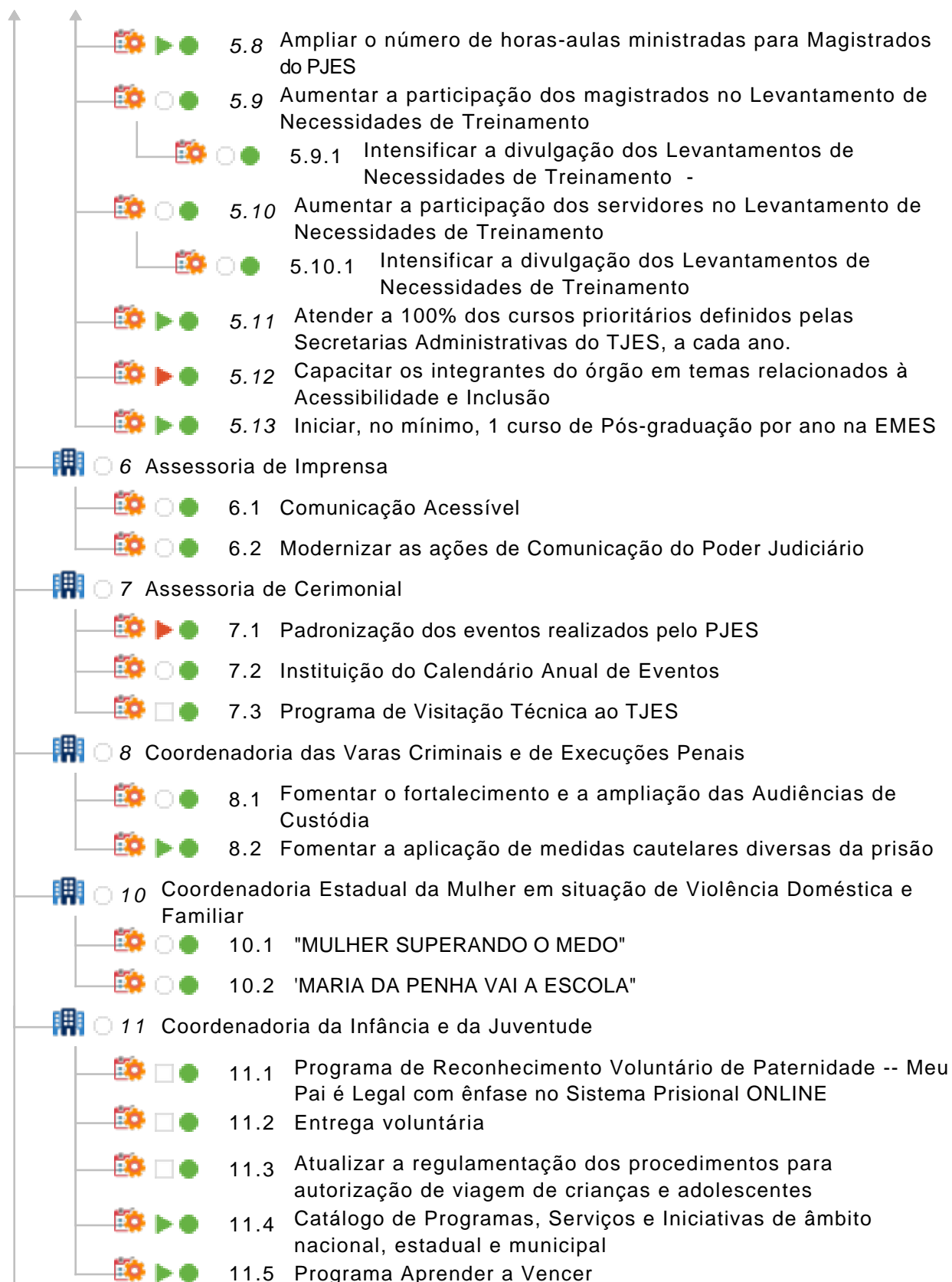
Relação de Planos de Ação Alinhamento Operacional

Organização: TJES

Data: 27/01/2023

Modelo: Planejamento Estratégico 2021-2026

Página: 4





Relação de Planos de Ação Alinhamento Operacional

Organização: TJES

Data: 27/01/2023

Modelo: Planejamento Estratégico 2021-2026

Página: 5





Relação de Indicadores Alinhamento Operacional

Organização: TJES

Data: 27/01/2023

Modelo: Planejamento Estratégico 2021-2026

Página: 1

Planejamento Estratégico 2021-2026

1 Catálogo dos Objetivos Estratégicos e das Iniciativas estratégicas associadas

1.1 CNJ 01: Garantia Dos Direitos Fundamentais

1.1.1 S.01.01 - APERFEIÇOAR E INCREMENTAR AS POSSIBILIDADES DE ACESSO À JUSTIÇA

1.1.1.2 IAJ - ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA

1.2 CNJ 02: Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade

1.2.1 S.02.01 - INCENTIVAR PROGRAMAS PERMANENTES DE CIDADANIA

1.2.1.3 PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

1.2.1.4 ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA

1.3 CNJ 03: Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

1.3.1 PI. 03.01 - GARANTIR EFETIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

1.3.1.6 IAD - ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA - 1ºGRAU

1.4 CNJ 04: Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

1.4.1 PI. 04.01 - COMBATER A CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1.4.1.2 ÍNDICE DE PRESCRIÇÃO

1.4.1.3 TpCpICE - TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS PENDENTES DE IMPROBIDADE, CORRUPÇÃO E CRIMES ELEITORAIS

1.5 CNJ 05: Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos

1.5.1 PI. 05.01 - ESTRUTURAR O SISTEMA DE MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

1.5.1.4 ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO

1.7 CNJ 07: Promoção da Sustentabilidade

1.7.1 PI. 07.01 - PROMOVER A SUSTENTABILIDADE

1.7.1.4 INDÍCE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE - IDS

1.8 CNJ 08: Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

1.8.1 AC. 08.01 - APERFEIÇOAR A GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

1.8.1.2 TAXA DE ENCARCERAMENTO

1.8.1.3 TpCpCCrim - TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS CRIMINAIS PENDENTES NA FASE DE CONHECIMENTO



Relação de Indicadores Alinhamento Operacional

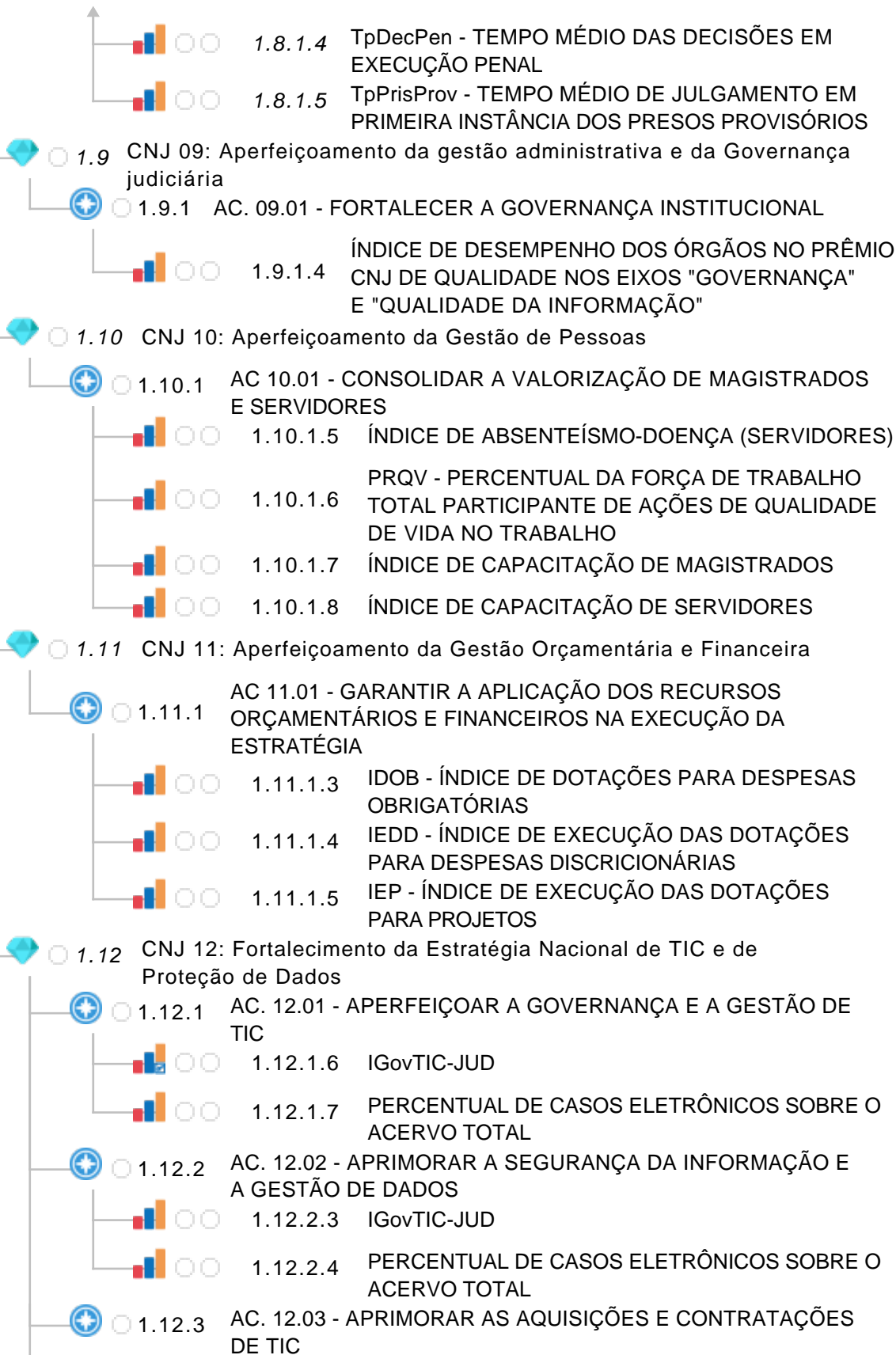
Organização: TJES

Data: 27/01/2023

Modelo: Planejamento Estratégico 2021-2026

Página: 2

Catálogo dos Objetivos Estratégicos e das Iniciativas estratégicas associadas





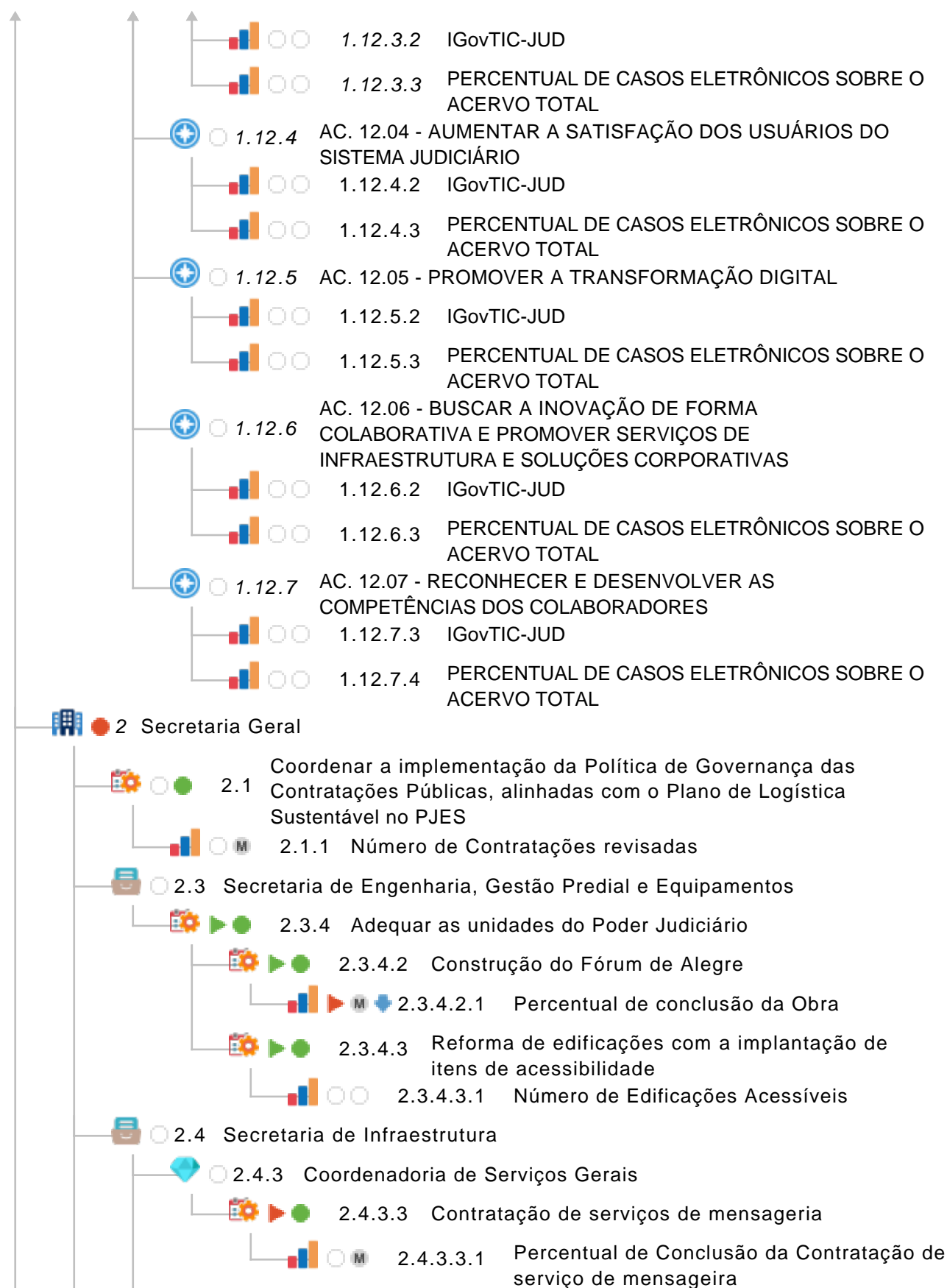
Relação de Indicadores Alinhamento Operacional

Organização: TJES

Data: 27/01/2023

Modelo: Planejamento Estratégico 2021-2026

Página: 3





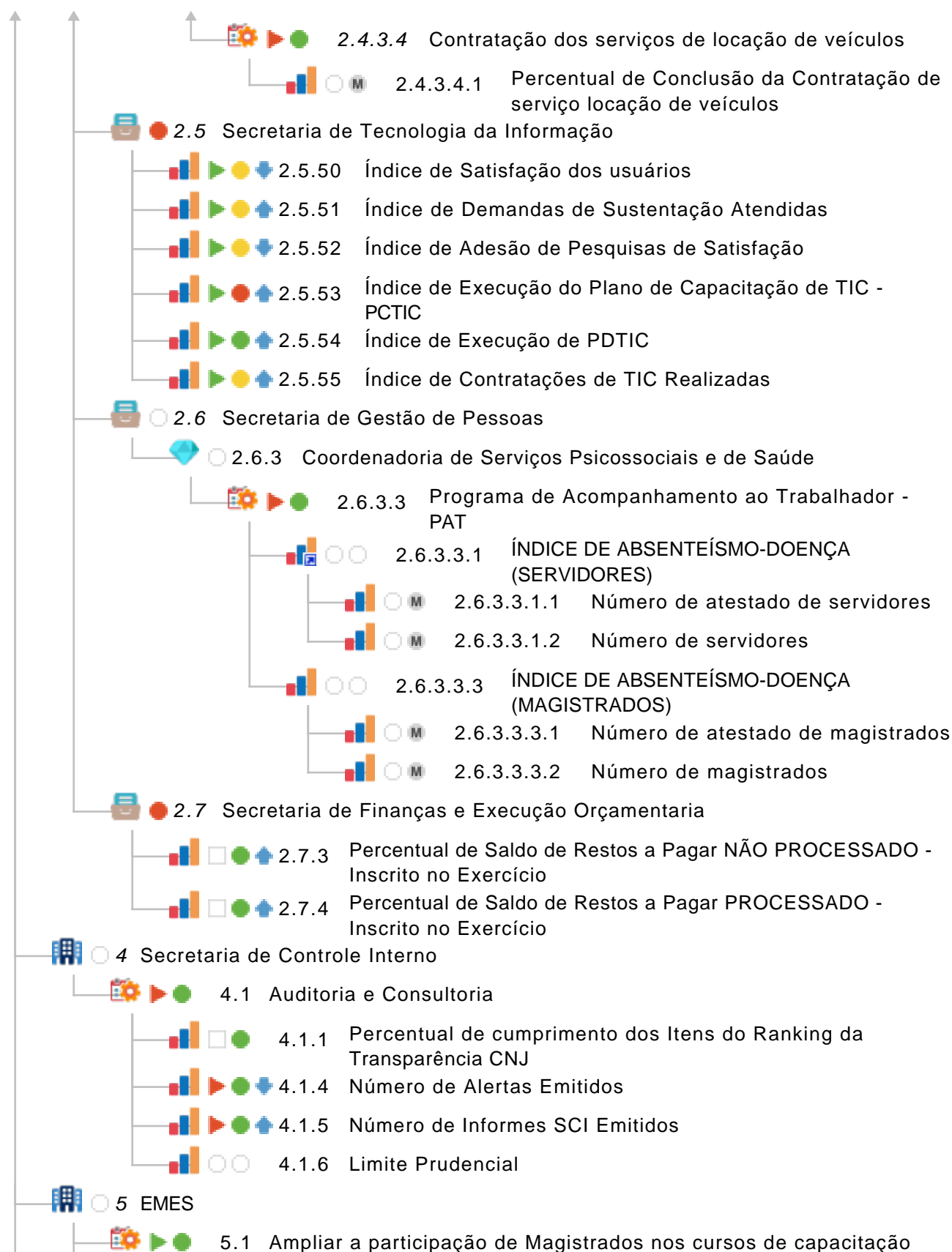
Relação de Indicadores Alinhamento Operacional

Organização: TJES

Data: 27/01/2023

Modelo: Planejamento Estratégico 2021-2026

Página: 4





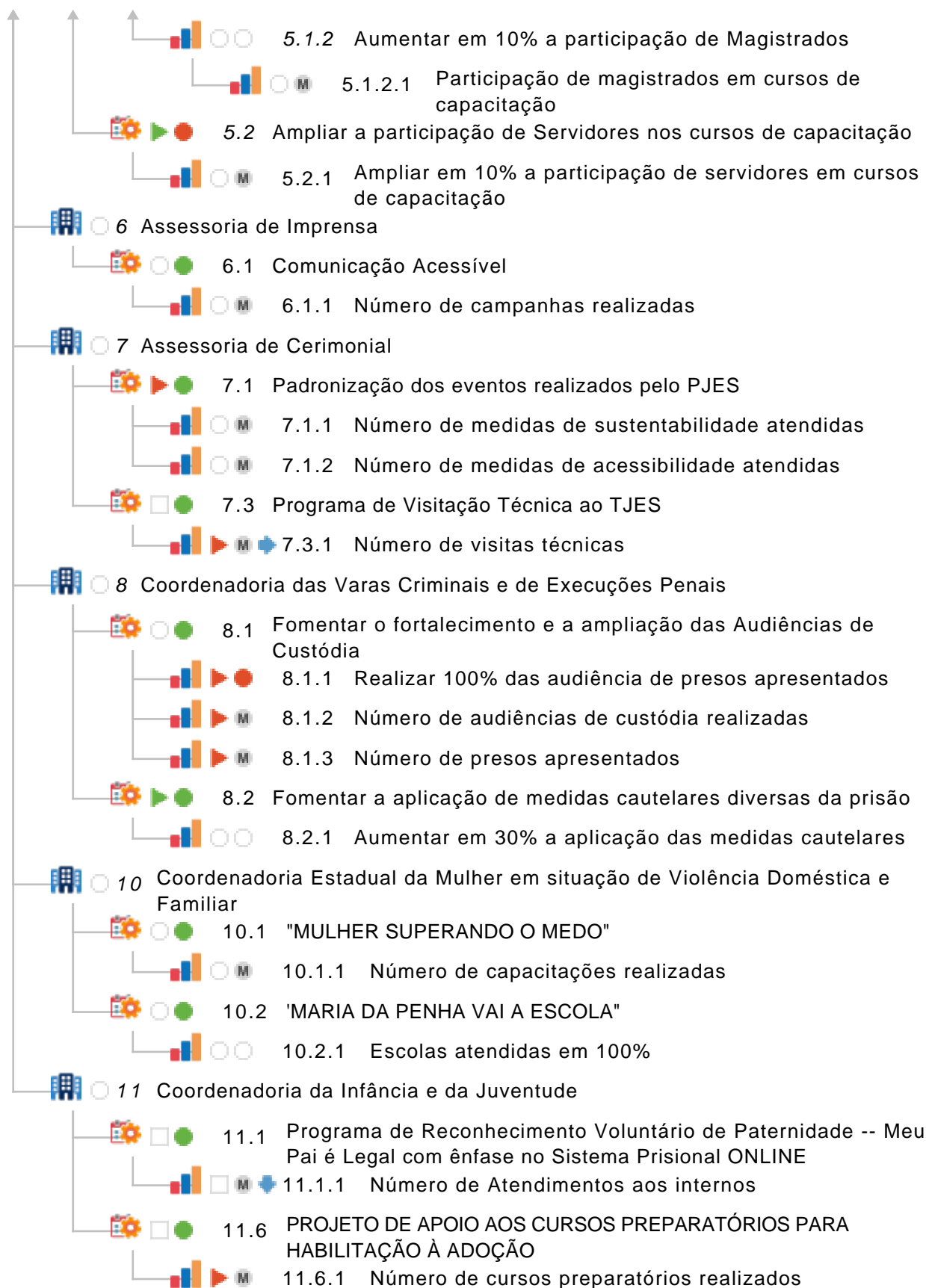
Relação de Indicadores Alinhamento Operacional

Organização: TJES

Data: 27/01/2023

Modelo: Planejamento Estratégico 2021-2026

Página: 5





Relação de Indicadores Alinhamento Operacional

Organização: TJES

Data: 27/01/2023

Modelo: Planejamento Estratégico 2021-2026

Página: 6

↑ Itens não classificados

Indicadores não classificados

	IAD - ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA - 2º GRAU
	TAXA DE CONGESTIONAMENTO DAS EXECUÇÕES FISCAIS
	TCL - TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA, EXCETO EXECUÇÕES FISCAIS
	TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS PENDENTES, CONSIDERANDO AS FASES DENTRO DO JUDICIÁRIO
	TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES